

Título do capítulo	CAPÍTULO 4 ENTRE O CUIDAR E O DIREITO DE SER CUIDADO: OS JOVENS NEM-NEM E OS CUIDADOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19
Autor(es)	Enid Rocha Valéria Rezende
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350578cap4

Título do livro	Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil
Organizadoras	Ana Amélia Camarano Luana Pinheiro
Volume	1
Série	-
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2023
Edição	1a
ISBN	9786556350578
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350578

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/porta/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ENTRE O CUIDAR E O DIREITO DE SER CUIDADO: OS JOVENS NEM-NEM E OS CUIDADOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Enid Rocha¹
Valéria Rezende²

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre cuidados ainda é recente nos campos acadêmico e político. Seu conceito permite discussões e aperfeiçoamentos e está associado ao trabalho doméstico e fortemente relacionado às questões sobre igualdade de gênero e à luta pelos direitos das mulheres. Para Batthyány (2020), o trabalho de cuidado se diferencia do trabalho doméstico pelo componente relacional, por ensejar um vínculo entre aquele que cuida e aquele que é cuidado, seja este trabalho gerado no âmbito das relações familiares ou não. Sem qualquer pretensão de apresentar um conceito exaustivo, cuidados podem ser entendidos como ações regulares e cotidianas voltadas a ajudar uma ou mais pessoas demandantes de auxílios em razão da sua faixa etária e/ou da sua condição física ou emocional na realização das tarefas da vida diária.³

A oferta de cuidados acontece sob formas bastante variadas e baseadas em relações sociais e pessoais múltiplas e diversas. Guimarães e Hirata (2020) destacam três dimensões ou “circuitos” do cuidado que expressam a sua oferta: “obrigação”, “prestação” e “ajuda”. O primeiro circuito acontece no contexto familiar e é caracterizado pela oferta de cuidados como “obrigação” quase exclusiva das mulheres, sejam elas mães, irmãs, cônjuges ou outras, e geralmente está lastreado em relações de afeto. O segundo circuito trata das relações profissionais, e nele o cuidado é prestado

1. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). E-mail: <enid.rocha@ipea.gov.br>.

2. Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea. E-mail: <valeriarcf@gmail.com>.

3. Existem outras interpretações mais amplas de cuidado, que abarcam as atividades relacionadas ao trabalho reprodutivo e alcançam todos os indivíduos e a sociedade em geral, como a de Pereira (2016, p. 15): “Uma segunda vertente dos estudos sobre cuidado considera uma gama de atividades que vai além do cuidado de dependentes e tarefas que envolvem afetos e atenção a outras pessoas. São incluídas, também, as atividades referidas à reprodução social e ao bem-estar dos cidadãos em geral e que, embora essenciais, muitas vezes prescindem do contato direto entre pessoas e do vínculo emocional, tais como os serviços de limpeza e o preparo de refeições (Glenn, 1992; Picchio, 2001; Benería, 2006). Privilegia-se, por essa perspectiva, não o vínculo relacional inerente a determinadas atividades do cuidado, mas sim o trabalho de manutenção e reprodução da força de trabalho (Duffy, 2005, p. 71). Nesse quadro teórico, o trabalho doméstico é pensado como um cuidado indireto ou como um requisito para o desempenho do trabalho de cuidado direto (Folbre, 2006; Razavi, 2007)”.

pela compra dos serviços que são oferecidos por cuidadoras(es) ou empregadas(os) domésticas(os), neste último caso restrito aos domicílios. O terceiro circuito é típico de países pobres e marcados por desigualdades profundas, como o Brasil, e diz respeito à rede de apoio mútuo que as comunidades menos favorecidas formam para atender suas demandas de cuidados, diante da ausência de políticas de Estado que as supram e da impossibilidade de aquisição mercantil em razão da renda extremamente baixa dessas famílias. Nesse circuito, a oferta de cuidado é percebida como “ajuda”, e não como trabalho realizado.

Todas as pessoas são demandantes de cuidados,⁴ que se alteram e se ajustam às diferentes situações individuais, condições socioeconômicas e aos diferentes momentos do curso de vida, para seu crescimento, desenvolvimento, aprendizado e socialização, que se materializam em atividades que se estendem da gravidez à velhice, passando a criação, a educação e o apoio às crianças e jovens. Portanto, o cuidado é uma atividade essencial à existência humana e está presente em todas as sociedades.

Embora a demanda por cuidados ocorra em todas as faixas etárias, a maior parte dos estudos direciona suas preocupações às fases da infância e do envelhecimento; há poucos trabalhos que tencionam analisar as necessidades de cuidados na fase da juventude. Da mesma forma, sob a ótica da oferta, o principal objetivo dos estudos sobre cuidados tem sido analisar a perversa desigualdade de gênero na distribuição das tarefas de cuidados, sem ênfase na dimensão etária e, tampouco, no papel desempenhado pelos jovens no atendimento às necessidades de cuidados das pessoas no domicílio.

O objetivo deste texto é analisar de que forma os jovens se inserem na discussão sobre cuidados, seja como cuidadores ou demandantes de cuidados, e refletir acerca de algumas das consequências individuais e sociais do uso do tempo dos jovens nas tarefas de cuidados e do atendimento insatisfatório às suas necessidades de cuidados por parte da família e do Estado. Além desta introdução e das conclusões, este capítulo contempla mais quatro seções. A primeira explora as relações existentes entre juventude e cuidados. A segunda busca compreender as

4. Como afirmam Guimarães e Hirata (2020, p. 270-271), todas as pessoas precisam de cuidado, diferentemente do que sugerem algumas visões que o circunscrevem às pessoas idosas, deficientes, enfermos, crianças pequenas, enfim, pessoas dependentes do auxílio de outra. Nas palavras das autoras: “Por muito tempo, no campo dos estudos sobre *care*, entendeu-se ser o cuidado uma questão relativa apenas aos idosos, às crianças, aos seres dependentes. A controvérsia se estabeleceu quando intelectuais passaram crescentemente a reivindicar que o cuidado seria relativo também aos considerados ‘autônomos’. Todos somos vulneráveis em algum momento de nossas vidas, diziam Joan Tronto (2009) e Patricia Paperman (2005). Isso significa que todos devem ser cuidados, e todos devem cuidar, independentemente do gênero, da raça, da classe – embora hoje a cuidadora seja mulher, negra e pobre. Essa controvérsia parece ter sido ultrapassada com a pandemia. O argumento de que todos somos vulneráveis perante o coronavírus tornou-se de atualidade. A centralidade do *care*, ideia cara a Joan Tronto (2020), adquiriu visibilidade... Isso porque a conjuntura da crise sanitária mundial pôs em relevo a atualidade do *care* num duplo sentido, tanto enquanto relação, responsabilidade, afeto quanto enquanto cura e cuidado com a pessoa doente. Mais que isso, e como bem colocou Perelman (2020), a pandemia tencionou os limites da vida e, nesse sentido, estabeleceu uma disputa entre regimes e valores de cuidado.”

consequências do não atendimento das demandas de cuidados dos jovens, sobretudo no campo da educação e do trabalho na etapa da transição para a vida adulta. A terceira seção analisa como a pandemia agrava o quadro dos cuidados dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar (jovens nem-nem). Finalmente, a quarta seção trata das políticas públicas de cuidados como direito dos jovens.

2 A RELAÇÃO ENTRE JUVENTUDE E CUIDADOS

Nesta seção, propõe-se refletir sobre a relação existente entre juventude e cuidados, tomando emprestados os conceitos de trajetória, transição e *turning points* da perspectiva metodológica conhecida como curso de vida. Formulada primeiramente por Elder (1991), essa teoria entende a vida como um *continuum* e um conjunto de experiências que ocorrem em múltiplas áreas, também chamadas de domínios, como a família, o trabalho, a economia, a cultura, entre outras. Sua perspectiva temporal é a chave para a compreensão do nexos existente entre jovens e cuidados.

Nessa abordagem metodológica, a trajetória é o caminho percorrido pelo indivíduo, ao longo de sua estrutura etária até o envelhecimento, sem sequência ou velocidade predeterminadas. A trajetória cobre uma variedade de domínios da vida, como o trabalho, a escolaridade e a vida reprodutiva, que são interdependentes e se entrelaçam na vida tanto do próprio indivíduo como na de outros, com destaque central para a família.

O conceito de transição, por sua vez, refere-se a mudanças de estado, posição ou situação e, da mesma forma que acontece com as trajetórias, não são predeterminadas, mas são prováveis de acontecer, como: o ingresso e o término da escolaridade; a saída da casa dos pais; a entrada no mercado de trabalho; a nupcialidade; e a parentalidade. Essas mudanças também não são fixas, podendo ocorrer em momentos diferentes e ainda de forma simultânea (Elder, 1994 *apud* Blanco, 2011).

Finalmente, os *turning points* são eventos inesperados que provocam mudanças significativas na direção do curso de vida e podem ser positivos, negativos, individuais ou coletivos. Como exemplos de *turning points* individuais, destacam-se a morte, as doenças, os acidentes graves e o recebimento de grandes heranças. Entre os eventos coletivos, encontram-se, por exemplo, as crises econômicas, as pandemias, as catástrofes naturais, as guerras etc., que afetam uma mesma coorte.

Em síntese, a trajetória é de longa duração, representando a linha da vida; as transições são as mudanças que ajustam/mudam as trajetórias e representam os eventos de mais curta duração (contidos na trajetória); e os *turning points* são as guinadas bruscas que inflexionam as trajetórias. Conforme afirma Harper (2019):

os constructos teóricos de trajetória, transição e *turning points* estão inter-relacionados e se contêm. A trajetória nos permite compreender plenamente as mudanças que são desencadeadas a partir dos *turning points* que levam às transições. Esses três conceitos são os eixos organizadores da abordagem do percurso de vida que nos permitem compreender o significado nas experiências dos indivíduos, contemplando os vários campos para os quais convergem no quadro de sua biografia e contexto sócio-histórico (Harper, 2019, p. 21, tradução nossa).

A abordagem metodológica do curso de vida torna possível compreender o aspecto dinâmico das realidades individuais e sociais. E, do ponto de vista dos estudos sobre juventude, é útil para analisar a situação atual dos jovens a partir de um olhar temporal, em que suas trajetórias trazem as marcas dos papéis sociais desempenhados e dos diferentes apoios e suportes recebidos ao longo da vida. Nesse quadro, as variáveis de contexto – renda, gênero, raça, situação do domicílio e território – dão cor e forma às características e à qualidade da transição do jovem para a vida adulta.

Na perspectiva do curso de vida, a juventude é compreendida como um período que se inicia com a puberdade e se estende até a emancipação plena da família de origem, o que implica uma busca de autonomia pessoal e o surgimento de alguns conflitos mais ou menos explícitos entre o desejo de independência e a necessidade de cuidados e proteção familiar. Ou seja, a juventude é definida acima de tudo como um momento específico do curso da vida, admitindo-se que sua travessia (transição) para a vida adulta traz dificuldades e particularidades emocionais, fisiológicas, sociais e econômicas que demandam ações de suporte da família, do Estado e da sociedade.

É no diálogo entre os conceitos de trajetória e transições no curso de vida que se encontra a chave para a definição donexo entre juventude e cuidados. Desde que entendemos que juventude é um período de transição dentro do curso de vida da pessoa humana, marcado por conflitos, dificuldades e mudanças sociais, econômicas e físico-emocionais, fica claro que a juventude traz um componente relacional de cuidados. Quando jovem, o indivíduo depende do trabalho de cuidados de terceiros – família, Estado e sociedade – para acumular competências emocionais e cognitivas, desenvolver plenamente suas potencialidades e concretizar sua entrada na vida adulta.

A definição etária de quando começa e de quando termina a etapa da juventude sempre foi imprecisa porque seus marcadores são dependentes de uma diversidade de fatores que variam muito em função do contexto socioeconômico e dos valores das sociedades, das famílias e dos próprios indivíduos. A dificuldade de se delimitar um intervalo etário da fase da juventude pode ser resumida a partir da afirmação de Abramo.

A noção mais geral e usual do termo juventude se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas (Abramo, 1994, p. 1).

É impossível, dessa forma, referir-se à juventude como um conceito único. Por essa razão, muitos estudos referem-se ao termo “juventudes” no plural querendo indicar que existem situações, condições e temporalidade muito diversas ao se viver a etapa da juventude. Para Bois-Reymond e Blasco (2004), a diversidade de juventudes não se deve apenas às diferenças de gênero, classe social, grupo étnico ou diferentes contextos nacionais e culturais, mas às mudanças dos modelos coletivos de socialização e à emergência do processo de individualização da juventude e de responsabilização própria.

Para esses autores, os modelos coletivos tradicionais de transição para a vida adulta estão cedendo lugar para trajetórias cada vez mais individualizadas. A saída da casa dos pais, os planos de carreira, a nupcialidade e a parentalidade não são mais padronizadas de forma etária e sequencial. As transições não são mais lineares, os marcadores podem ser sobrepostos e reversíveis. É possível, para os jovens de hoje, se mover entre os diferentes papéis. Por exemplo, ser um estudante ao mesmo tempo em que desempenha responsabilidades familiares; ou trabalhar e ainda estar morando na casa dos pais, entre outros arranjos. A sociedade não oferece as mesmas garantias de antes para os indivíduos, como a estabilidade no emprego, os benefícios sociais etc, o que contribui para a imprevisibilidade dos eventos que marcam a transição para a vida adulta.

Embora a juventude sempre tenha sido conceituada como uma fase da vida socialmente organizada e estruturada na direção linear e sequencial de educação, trabalho, casamento e filhos, hoje “os jovens são atores reais que gerenciam ou pelo menos influenciam as condições de suas vidas” (Bois-Reymond e Blasco, 2004, p. 13). Mas isso não significa que sejam menos demandantes de cuidados. Pelo contrário, as (des)padronizações das trajetórias podem prolongar o período da transição para o mundo adulto e, conseqüentemente, tornar esses jovens mais demandantes de suporte familiar e de apoios estatais.

A transição para a vida adulta é um processo com idas e vindas, partidas, retornos e sobreposições de situações. Para Gaudet (2001), mesmo os conceitos de independência e autonomia, que caracterizam a passagem para o mundo adulto, precisam ser relativizados para uma perspectiva relacional. As decisões que os jovens precisam tomar nesse período da vida envolvem um sem-número de relações

sociais e impõem dificuldades adicionais para essas escolhas de forma isolada e, por consequência, para a conquista da independência e autonomia.

Considerando a perspectiva dos jovens e suas famílias, é mais factível pensar em uma relação de interdependência ou mesmo de reciprocidade, em que predomina a troca de cuidados. Pimenta (2007, p. 416) aponta a centralidade da família de origem como mediadora e/ou facilitadora do processo de transição e de construção dos projetos para a vida adulta. Os resultados da pesquisa qualitativa realizada pela autora trouxeram inúmeros exemplos de como a família atua nos processos de transição para a vida adulta, desde o nascimento até a formação de unidades residenciais e/ou familiares autônomas.

Ponciano e Féres-Carneiro (2014) também concluem que, com o prolongamento da transição para a vida adulta, os processos de autonomia e independência são vividos na casa da família de origem, que continua a oferecer apoio financeiro e emocional enquanto os jovens não saem de casa e/ou não alcançam condições para a entrada no mercado de trabalho. Para Pais, Cairns e Pappámikail (2005), a autonomização dos jovens guarda uma relação de dependência, e a família se constitui como uma das principais instituições que participam do financiamento do processo de transição para a vida adulta, principalmente em países com fracas políticas de proteção social.

Em alguns contextos nacionais, como em países do sul da Europa (Portugal, Espanha, Itália e Grécia), com Estados sociais relativamente pouco desenvolvidos, a família sempre desempenhou um papel relevante no suporte e na gestão das transições para a vida ativa (...), nos países do norte (Alemanha, Holanda e Dinamarca, por exemplo) os apoios estatais, embora pujantes, foram reduzidos substancialmente, “empurrando” as famílias para a linha de frente do apoio às transições juvenis (Pais, Cairns e Pappámikail, 2005, p. 2).

Como se nota, muitos autores concordam que o apoio recebido da família é um dos recursos que mais influenciam a qualidade⁵ da transição para a vida adulta. Os jovens que podem contar com suporte familiar para prolongar o período de transição e acumular mais capital humano – escolaridade, qualificação profissional, atributos socioemocionais – têm maiores chances de conseguir fazer transições que tragam mais satisfação pessoal para a vida adulta. Além dos apoios recebidos da família, a concretização de seus projetos de futuro também é dependente do contexto cultural, das oportunidades ou restrições relacionadas à educação formal, do gênero, da raça, da classe social do jovem, bem como do acesso às políticas públicas que ancoram esse indivíduo no período de transição para a vida adulta (Gaudet, 2007; Bois-Reymond e Blasco, 2004).

5. Entendendo aqui “qualidade” como o maior ou menor acesso aos apoios materiais e socioemocionais que contribuem para o alcance de sua autonomia e independência e para a concretização de seus projetos de futuro.

No Brasil, a transição para a vida adulta retrata as desigualdades de oportunidades enfrentadas pelos jovens. Para alguns, que contam com o suporte familiar e os cuidados de que precisam, é o momento de aumentar suas capacidades educativas e laborais, adiando a passagem para a vida adulta. Mas, para a imensa maioria dos jovens brasileiros, esse período, quando existe, é breve e, no lugar de receberem cuidados, acabam por assumir as responsabilidades pelos cuidados de pessoas no domicílio, sobretudo as jovens mulheres. Isso pode ocorrer por diferentes razões, como a necessidade de liberar outro membro da família para a realização de atividades remuneradas ou uma gravidez não planejada, ou ainda, em razão da reprodução dos valores culturais de gênero, por exemplo.

Apesar dos problemas na precisão da faixa etária para a juventude, a maioria dos países ainda utiliza o corte etário para definir a pessoa jovem, principalmente para o estabelecimento de políticas públicas nas áreas de educação, trabalho, saúde, assistência social e segurança pública. No Brasil, o Estatuto da Juventude considera jovens todas as pessoas que têm de 15 a 29 anos de idade. Por tratar-se de uma faixa etária ampla, é comum encontrarmos análises que dividem esse grupo em três subgrupos etários: 15 a 17 anos, denominados os “jovens adolescentes”; 18 a 24 anos, os “jovens jovens”; e 25 a 29 anos, os “jovens adultos”.⁶

Mas quais seriam os cuidados demandados pelos jovens, considerando a ampla faixa etária de 15 a 29 anos estabelecida pelo Estatuto da Juventude? E quais seriam as políticas públicas e instituições responsáveis pelo suporte e apoio aos jovens para a transição para a vida adulta? A Constituição Federal estabelece que

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, art. 227).

3 CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE CUIDADOS NA TRAJETÓRIA DE EDUCAÇÃO E TRABALHO DOS JOVENS

Esta seção tem o objetivo de explorar a importância dos cuidados na trajetória de educação e trabalho dos jovens no Brasil, com destaque para a parcela da juventude que se encontra sem estudar e sem trabalhar de forma remunerada, mais conhecidos como jovens nem-nem. Neste texto, os jovens que não estudam e não trabalham são referidos de diferentes formas: jovens sem estudo e sem trabalho;

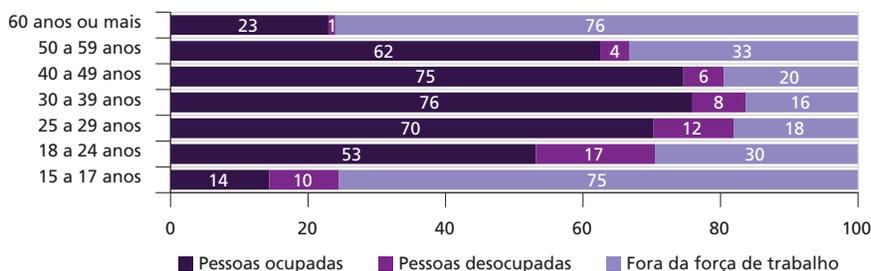
6. Os “jovens adolescentes”, de 15 a 18 anos, são também contemplados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), porém essa dupla proteção não traz conflito entre as duas legislações, uma vez que o ECA tem prevalência sobre o Estatuto da Juventude, que dispõe sobre direitos suplementares ainda não assegurados aos jovens entre 15 e 18 anos no ECA.

jovens nem-nem; e jovens sem trabalhar e sem estudar. Entretanto, independentemente da forma de referência, este capítulo reconhece que estar sem trabalhar e sem estudar é apenas uma situação em que esses jovens se encontram, mas que não os define. A mensuração dos nem-nem neste estudo é feita a partir da utilização dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do cruzamento da condição de ocupação/atividade com a frequência escolar. Dessa forma, os jovens que se encontram desocupados (à procura de emprego) ou fora da força de trabalho (desalentados) e não estão matriculados na escola formal ou em treinamento foram considerados jovens nem-nem.

As características da educação e do trabalho dos jovens no Brasil estão associadas a faixa etária, sexo, raça/cor, rendimento familiar e envolvimento nas tarefas de cuidados e trabalho doméstico. Em 2019, o Brasil tinha 47,2 milhões de jovens de 15 a 29 anos, que representavam 28% da população acima de 15 anos. Os dados sobre educação e trabalho dos jovens chamam atenção para a expressiva diversidade das situações, de acordo com a faixa etária. Entre os jovens adolescentes de 15 a 17 anos, observa-se que a maioria está fora do mercado de trabalho, e muitos deles ainda se dedicam exclusivamente aos estudos.

Na faixa etária de 18 a 24 anos, a maioria dos jovens (70%) já se encontra inserida no mercado de trabalho, quer seja trabalhando (53%), quer seja à procura de ocupação (17%). Todavia, cerca de um terço dos jovens dessa faixa etária está fora da força de trabalho (30%), o que significa que não estão trabalhando de forma remunerada e tampouco estão em busca de uma ocupação. A inserção dos jovens adultos no mercado de trabalho, de 25 a 29 anos, se assemelha muito à dos adultos não jovens, com apenas 18% fora da força de trabalho. Apesar das diferenças entre as distintas faixas etárias, observa-se que a presença elevada da desocupação, em comparação com a população adulta, é comum a todas as faixas etárias (gráfico 1).

GRÁFICO 1
Condição de atividade por faixa etária (2019)
(Em %)

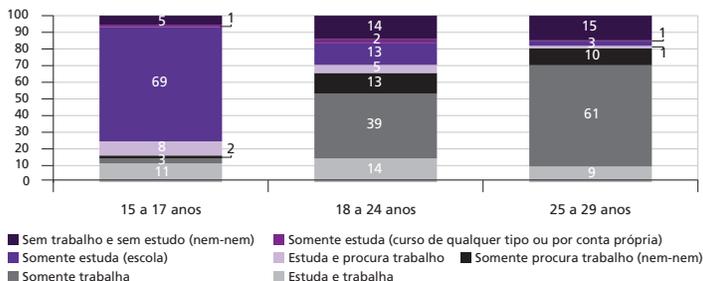


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

O gráfico 2 apresenta a relação entre estudo e trabalho dos jovens, dividida entre somente estuda (escola) e somente estuda (curso de qualquer tipo ou por conta própria). No primeiro caso, refere-se à educação formal obtida nos ensinos pré-escolar, fundamental, médio e superior. No segundo caso, refere-se aos jovens que estão engajados em outras formas de ensino, como cursos de nível técnico (na modalidade subsequente e concomitante ao ensino médio), qualificação profissional ou pré-vestibular.⁷ Seus dados também confirmam que a situação de estudo e trabalho dos jovens varia muito em função da faixa etária.

Entre 15 a 17 anos, a maioria dos jovens está somente estudando. Nessa faixa etária, a proporção dos jovens que não estão estudando nem trabalhando é de apenas 7%, em 2019, sendo que 5% são as situações de jovens “sem trabalho e sem estudo” e 2% são aqueles que “somente procuram trabalho”. Para os jovens de 18 a 24 anos, porém, o quadro é bem diferente; a maioria já não está mais dedicada exclusivamente aos estudos, e sim engajada em trabalhar ou procurar trabalho. É considerada uma fase de transição para o mercado de trabalho, em que apenas cerca de 15% dos jovens ainda conseguem se dedicar exclusivamente aos estudos.

GRÁFICO 2
Relação entre estudo e trabalho dos jovens (2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

7. O IBGE/PNAD não considera como frequentando escola a pessoa que frequentava somente curso: de qualificação profissional ou de formação inicial e continuada (FIC) ou de extensão cultural; técnico de nível médio na modalidade subsequente; técnico de nível médio na modalidade concomitante, caso já tenha terminado o ensino médio antes de concluir o ensino técnico de nível médio; pré-vestibular; sequencial de educação superior; de pós-graduação que não fosse de especialização de curso superior, mestrado ou doutorado; de alfabetização de adultos, de ensino fundamental e de ensino médio, ministrado por meio de rádio e de televisão ou por correspondência. (IBGE/Nota Técnica PNAD – Versão 1.7, janeiro, 2020). Como se nota, as pesquisas domiciliares como a PNAD Contínua priorizam a captação de dados sobre a educação formal da população. As informações sobre frequência de cursos de nível técnico, qualificação profissional ou pré-vestibular, quando captadas, são feitas somente em suplementos especiais. Essa indisponibilidade de informações sobre estudo não formal nas pesquisas domiciliares na frequência desejada gera um problema de classificação, pois, segundo definições recentes (Eurofound – European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions), um jovem que frequenta um curso técnico está em treinamento e, portanto, não pode ser considerado um jovem sem trabalho e sem estudo (*not in education, employment, or training – NEET*). Nesse trabalho, esse problema foi amenizado utilizando-se as respostas da questão sobre o “motivo pelo qual não procurou trabalho ou não gostaria de ter trabalhado ou não estava disponível para iniciar um trabalho”. Entre os motivos passíveis de serem respondidos, um deles lista como “estava estudando (curso de qualquer tipo ou por conta própria)”. Embora se possa reconhecer que tal resposta é muito ampla e pode ir além daquilo que normalmente se considera como treinamento, ela é uma aproximação possível para captar os jovens que não frequentam escola e não fazem parte da força de trabalho, mas que estão se dedicando a cursos de nível técnico, qualificação profissional ou pré-vestibular.

Como se vê, para uma grande parcela dos jovens que saem da escola, a transição para o mercado de trabalho é um percurso acidentado em que a porta de saída é difícil de ser encontrada. Inclusive, justamente a partir dos 18 anos a condição de sem trabalho e sem estudo se torna mais acentuada. A proporção dos jovens nem-nem é de 27% na faixa etária de 18 a 24 anos e de 25% no grupo etário de 25 a 29 anos, quase quatro vezes mais elevada que aquela encontrada na faixa etária dos jovens adolescentes de 15 a 17 anos.

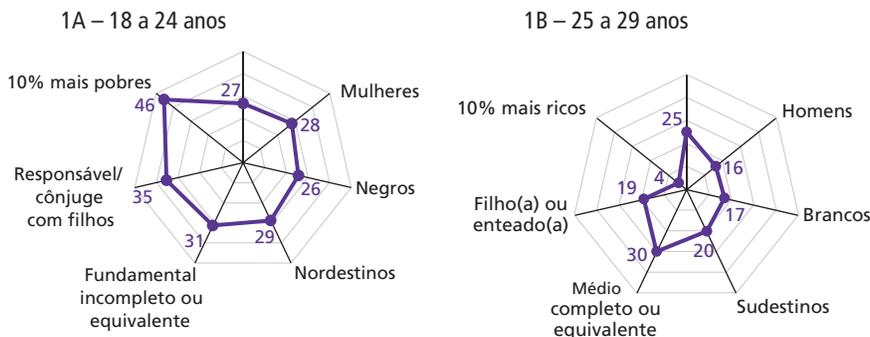
A ampla literatura a respeito dos jovens sem trabalho e sem estudo trouxe valiosas contribuições que permitiram avançar muito na compreensão sobre os contornos e as condições dessa população de jovens. Inúmeros estudos já apontaram que as desigualdades de gênero, raça e renda marcam as trajetórias desses jovens na escola e no mundo do trabalho. Ser mulher, especialmente com filhos; ser pobre; ser negro; ter baixa escolaridade e morar em domicílios com maior número de crianças, ou com pessoa que exige cuidados são fatores que aumentam expressivamente as chances de um jovem ficar sem estudar e sem trabalhar por um curto ou longo período de sua vida.

A figura 1 apresenta os grupos populacionais com maior representatividade entre os jovens que estão nem-nem. Como se pode observar, os nem-nem estão sobre representados na faixa etária dos 18 aos 24 anos (27%), entre as jovens do sexo feminino (28%), entre os negros (26%) e entre os moradores da região Nordeste (29%).⁸ Os dados também confirmam que os jovens sem trabalho e sem estudo são mais pobres, pois 46% deles se encontram no primeiro décimo da distribuição de renda e apenas 4% estão entre os 10% mais ricos.

Em relação à escolaridade, os dados também confirmam que há maior incidência dos jovens de menor escolaridade entre os nem-nem. Cerca de um terço dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar possuem apenas o ensino fundamental incompleto ou equivalente. Como se nota, uma parcela expressiva dos jovens no país não está sendo atendida de forma satisfatória em suas necessidades de cuidados para a aquisição de maior escolaridade, experiência e qualificação profissional. Esses jovens, na maior parte com idades de 18 a 24 anos, mulheres, negros, pobres e com poucos anos de estudo, não têm conseguido desenvolver plenamente suas potencialidades humanas. Os estudos mostram que permanecer por longos períodos na inatividade traz marcas irremediáveis ao longo da vida adulta dos jovens, fazendo com que apresentem maiores chances de ocupar postos de baixa qualificação no mercado de trabalho.

8. Os grupos que constam na figura 1 foram escolhidos por sua representatividade, e não necessariamente por serem aqueles com maior ou menor prevalência da condição de sem trabalho e sem estudo. Como exemplo, estima-se na PNAD Contínua que 66% dos jovens que não completaram nem o primeiro ano de estudo estão sem trabalho e sem emprego. Porém, a fração de jovens com esse nível de escolaridade é pequena em relação àqueles que possuem ensino fundamental incompleto, sendo que estes últimos também possuem uma alta prevalência de jovens sem trabalho e sem emprego.

FIGURA 1
Incidência de jovens sem trabalho e sem estudo em grupos selecionados (2019)
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Ipea.

As informações contidas na figura 1 também evidenciam a maior prevalência da condição sem estudo e sem trabalho entre os jovens que ocupam a posição de responsáveis/cônjuges com filhos (35%) no domicílio em comparação com os jovens que ocupam a posição de filhos(as) ou enteados(as) da pessoa responsável do domicílio (19%). A menor proporção de jovens nem-nem na posição de filhos é reveladora da importância do apoio da família nessa fase da vida. Permanecer na condição de filhos por um período mais longo permite aos jovens contar, por mais tempo, com os cuidados parentais para continuarem estudando e se qualificando. Contrariamente, os dados parecem confirmar que não contar com os cuidados parentais, pelo fato de já terem se mudado da casa dos pais e serem a pessoa responsável pelo domicílio ou cônjuge do responsável com filhos, influencia a capacidade dos jovens de acumular capital humano por meio da ampliação da escolaridade e qualificação profissional.

Os dados aqui expostos vão ao encontro dos resultados apresentados por Guimarães, Marteleto e Brito (2018), que, estudando as diferentes trajetórias ocupacionais de pessoas de 15 a 29 anos, confirmam que atributos individuais dos jovens, como raça, gênero, idade, família de origem e posição ocupada no domicílio – filho, cônjuge, responsável – têm a capacidade de condicionar a qualidade das transições e das trajetórias ocupacionais dos jovens.

De fato, os cuidados e o suporte familiar parecem ser muito importantes para que os jovens reúnam as condições necessárias para alcançar níveis maiores de escolaridade. Observa-se, pelos dados do gráfico 3, que em todos os graus de ensino há uma maior proporção de jovens que ocupam a posição de filhos estudando do que de jovens que são responsáveis ou cônjuges ou que ocupam outra

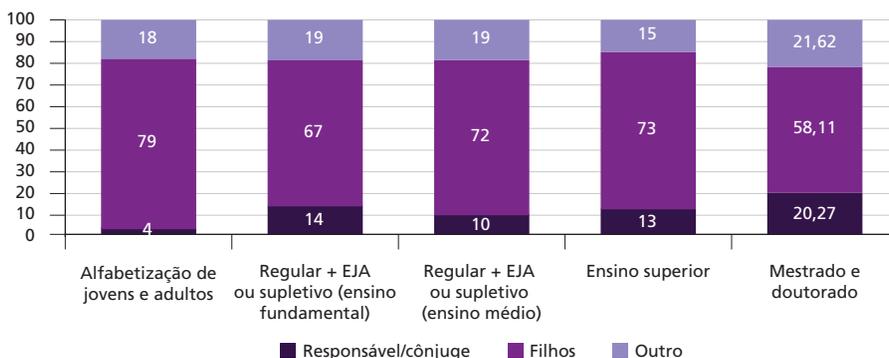
posição no domicílio. As diferenças nas proporções são muito elevadas. Na alfabetização de jovens e adultos, momento em que os jovens tentam uma segunda chance de escolaridade, a proporção de “jovens filhos” é de 78,57% contra 3,57% dos jovens que já são responsáveis ou cônjuges. No ensino fundamental ou equivalente a proporção é de 67,3% contra 14,09%.

No ensino médio ou equivalente, a proporção é de 71,5% de jovens filhos contra apenas cerca de 10% de jovens responsáveis ou cônjuges. A proporção dos jovens filhos que cursam o ensino superior é de 72,55%, enquanto a dos responsáveis ou cônjuges é de apenas 12,72%. As diferenças na proporção dos jovens que estão no mestrado ou no doutorado, segundo a posição no domicílio, são um pouco menores, mas muito significativas, e continuam a privilegiar aqueles que são filhos. Nesse caso, a diferença menor de 58,11% contra 20,27% talvez possa ser explicada pela possibilidade de os alunos de pós-graduação terem a oportunidade de contar com auxílio financeiro para estudar, como as bolsas de ensino e pesquisa, o que coloca em relevo a importância de políticas públicas que apoiem os jovens a ampliar sua escolaridade e alcançar níveis mais altos de ensino.

GRÁFICO 3

Jovens de 18 a 24 anos que frequentam a escola, por nível de instrução e condição no domicílio

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

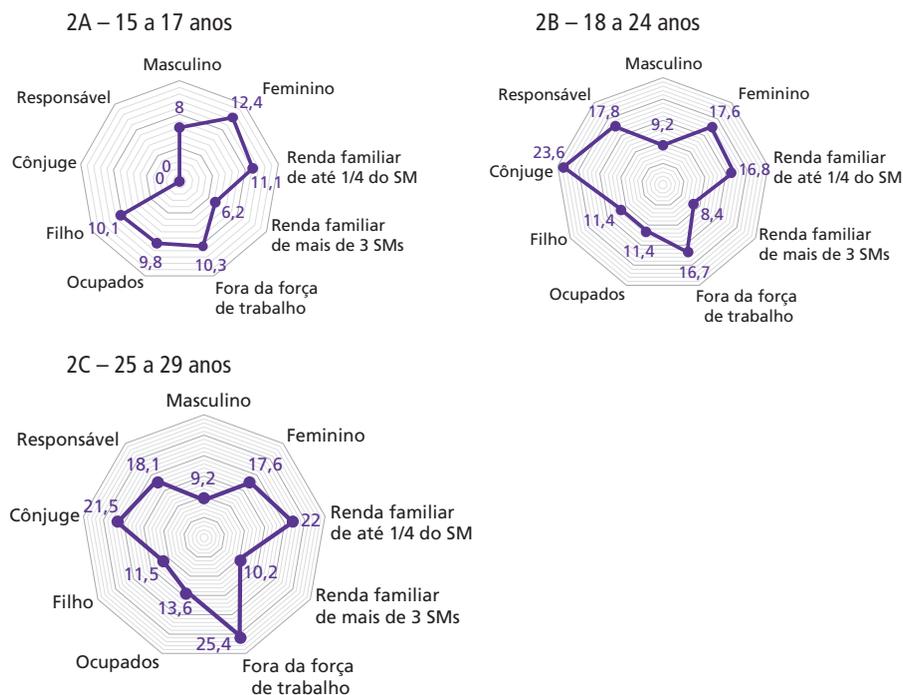
Obs.: EJA – educação de jovens e adultos.

A figura 2 apresenta as desigualdades relativas às médias de horas semanais dedicadas pelos jovens ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerados no domicílio, de acordo com a faixa etária, destacando os principais atributos que contribuem para reforçar as diferenças existentes no uso do tempo entre os jovens. Os três diagramas contidos na figura 2 correspondem aos três grupos etários da juventude – 15 a 17; 18 a 24; e 25 a 29. Cada um dos diagramas contém nove raios, que representam as variáveis marcadoras de desigualdade no uso do tempo

entre os jovens. Quanto maior o comprimento de cada raio, maior é a média de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados realizados no domicílio, ambos não remunerados.

FIGURA 2

Média de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerados no domicílio, por faixa etária da juventude, segundo alguns atributos



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Como se observa, as variáveis responsáveis pelo maior uso do tempo dos adolescentes em trabalho doméstico e de cuidados no domicílio são o sexo e a renda. As meninas de 15 a 17 anos gastam em média 12,4 horas semanais nas tarefas de cuidados e de afazeres domésticos, enquanto os meninos dedicam, em média, oito horas, isto é, quatro horas a menos. Os adolescentes pobres, por sua vez, dedicam mais horas do seu tempo no trabalho de cuidados e afazeres domésticos do que seus pares, da mesma idade, mais ricos. Aqueles que vivem em domicílios com renda familiar *per capita* de até um quarto do salário mínimo (SM) gastam, em média, 11,1 horas nessas atividades, o que representa, praticamente, o dobro de horas despendidas pelos adolescentes de 15 a 17 anos que vivem em domicílios com renda *per capita* familiar maior que três SMs (6,2 horas).

Nessa faixa etária, a inserção no mercado de trabalho não é muito significativa como marcadora de desigualdade no uso do tempo dos jovens porque, como mostrado anteriormente, 70% da população entre 15 e 17 anos estão fora do mercado de trabalho, dedicando-se apenas aos estudos. Os adolescentes que ocupam a posição de filhos no domicílio despendem menos horas semanais em cuidados e no trabalho doméstico não remunerado, cerca de dez horas, em média, parecendo indicar que, neste caso, seriam mais demandantes de cuidados do que cuidadores.⁹

As desigualdades no uso do tempo com trabalho doméstico e de cuidados não remunerados são mais marcantes entre os jovens de 18 a 24 anos, principalmente quando se consideram as variáveis sexo e renda. As jovens mulheres dessa faixa etária dedicam, em média, 17,6 horas semanais nos afazeres domésticos e nos cuidados de pessoas no domicílio, o que representa quase o dobro das horas gastas nessas atividades pelos jovens do sexo masculino (9,2 horas). Quando se analisa o uso do tempo nas atividades não remuneradas no domicílio de acordo com o nível de renda da família dos jovens, observa-se também expressiva desigualdade. Enquanto os jovens que vivem em domicílios pobres com renda *per capita* de até um quarto do SM dedicam 16,8 horas semanais em tarefas domésticas e de cuidados, os jovens mais ricos, que vivem em domicílios com renda *per capita* maior que três SMs usam, em média, apenas oito horas semanais nessas tarefas. Isto é, dedicam metade das horas comparativamente aos jovens mais pobres.

Na faixa etária de 18 a 24 anos, ocupar a posição de filho, cônjuge ou responsável no domicílio faz uma grande diferença em termos das horas semanais dedicadas aos cuidados e aos afazeres domésticos. Os filhos de 18 a 24 anos dedicam, em média, 11,4 horas por semana nessas atividades, enquanto os jovens cônjuges e responsáveis pelo domicílio dedicam 23,6 horas e 17,8 horas, respectivamente. Como se nota, a população de 18 a 24 anos, na posição de cônjuge e responsável, desempenha muito mais os papéis de cuidadores do que de demandantes de cuidados. Por sua vez, os jovens que exercem atividades remuneradas que estão na posição de ocupados no mercado de trabalho dedicam cerca de cinco horas a menos em cuidados de pessoas no domicílio e nos afazeres domésticos do que os jovens que estão fora do mercado de trabalho, que despendem 16,7 horas semanais nessas atividades.

No tangente aos jovens adultos de 25 a 29 anos, o uso do tempo em cuidados de pessoas e no trabalho doméstico não remunerado no domicílio não se diferencia muito da população de 18 a 24 anos. De forma geral, as desigualdades

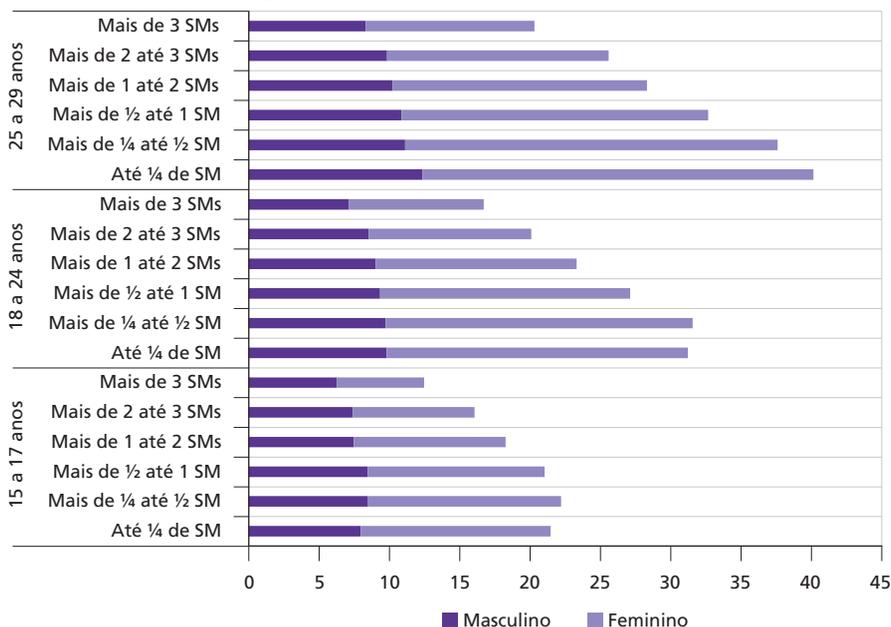
9. Não foram encontradas parcelas significativas de jovens adolescentes na posição de cônjuges e responsáveis pelo domicílio que permitissem o cruzamento com as horas dedicadas ao trabalho não remunerado no domicílio. Por esta razão a figura 2 mostra zero para adolescentes cônjuge.

quanto a sexo, posição no domicílio e renda familiar se mantêm entre os jovens adultos. O que se nota, nesta faixa etária, é uma desigualdade maior, em termos de horas dedicadas aos cuidados e trabalho doméstico não remunerado, entre aqueles que estão na posição de ocupados e aqueles que estão fora do mercado de trabalho. Por exemplo, os jovens de 25 a 29 anos que não trabalham e não estão procurando emprego dedicam-se em média 25,4 horas semanais nas atividades de cuidados e afazeres domésticos não remuneradas no domicílio, enquanto aqueles ocupados no mercado de trabalho dedicam 13,6 horas nessas atividades.

As variáveis de renda e sexo são tão importantes como marcadores da desigualdade no uso do tempo dos jovens no trabalho doméstico e de cuidados no domicílio que vale a pena analisá-las mais detidamente. O gráfico 4 traz, em detalhe, o cruzamento entre essas variáveis e a média de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado para cada um dos grupos etários da juventude, em que é possível extrair três importantes observações.

GRÁFICO 4

Média de horas semanais dedicadas pelos jovens ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, segundo faixas de renda domiciliar *per capita*, sexo e grupos etários



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

A primeira observação, já comentada anteriormente, é a enorme desigualdade no uso do tempo entre jovens homens e mulheres. A desigualdade entre os sexos no uso do tempo ocorre independentemente da faixa de renda e do grupo

etário em que os jovens se inserem. Todavia, ela é sempre maior para as jovens que vivem nos domicílios mais pobres. Uma segunda observação a ser destacada é que os jovens, independentemente da sua faixa etária, desempenham importante papel no trabalho doméstico e de cuidados no domicílio. No entanto, as horas dedicadas pelos jovens nessas atividades aumentam conforme se tornam mais velhos. Isto é, os jovens de 18 a 24 anos despendem mais horas nessas atividades do que os jovens adolescentes, e os jovens adultos são mais assoberbados pelo trabalho doméstico e de cuidados não remunerados do que os outros dois grupos etários mais novos.

Finalmente, a terceira observação a ser extraída dos dados mostrados pelo gráfico 4 refere-se à perversa desigualdade no uso do tempo dos jovens em função da renda do domicílio, independente do sexo dos jovens. Nos domicílios de menor renda *per capita*, os jovens – tanto homens como mulheres – dedicam, em média, mais horas no trabalho não remunerado nas tarefas domésticas e de cuidados do que aqueles que vivem em domicílios de maior renda. Todavia, entre os jovens homens a desigualdade no uso do tempo em função da renda não chega a ser tão expressiva, como acontece com as jovens mulheres. Por exemplo, entre os jovens adolescentes do sexo masculino que vivem nos domicílios com renda *per capita* de até um quarto do SM e aqueles que vivem em domicílios com renda *per capita* superior a três SMs a diferença na média de horas semanais dedicadas é de apenas uma hora; entre os rapazes de 18 a 24 anos, a diferença é de cerca de duas horas, e entre os jovens adultos, essa diferença é de cerca de quatro horas.

Porém, entre as moças, a desigualdade no uso do tempo em razão da renda do domicílio chega a ser abusiva. Nos domicílios com renda *per capita* de até um quarto do SM, as jovens dedicam mais que o dobro de horas em relação àquelas que vivem nos domicílios mais ricos, com renda *per capita* de mais de três SMs. Na faixa etária das adolescentes, as jovens mais pobres dedicam 13,5 horas por semana no trabalho não remunerado no domicílio, e as mais ricas, cerca de seis horas. As jovens mais pobres de 18 a 24 anos dedicam 21,4 horas por semana, e as mais ricas dessa mesma faixa etária devotam menos de dez horas (9,6 horas). Já entre as jovens adultas, de 25 a 29 anos, a diferença nas horas despendidas entre as jovens mais pobres e as mais ricas é de quase duas vezes e meia. Enquanto as jovens dos domicílios de até um quarto de SM *per capita* dedicam 27,8 horas por semana, as que vivem nos domicílios com maior rendimento despendem doze horas semanais.

Analisar o uso do tempo a partir das variáveis de sexo, renda e o papel que desempenham as cuidadoras nos arranjos familiares é importante para compreender a dimensão das dificuldades para romper com os mecanismos que estruturam as desigualdades na vida cotidiana de homens e mulheres. Para Perista, Maximiano

e Freitas (2000), o tempo é usado de forma diferenciada de acordo com gêneros, faixas etárias, estruturas familiares e modos de vida dos indivíduos. Cada uma dessas situações é reveladora de tensões e discriminações que precisam ser identificadas. Por essa razão, as autoras afirmam que a “heterogeneidade ao nível do uso do tempo só poderá ser correctamente avaliada, nas suas diversas dimensões, quando o tempo for considerado como um factor produtivo independentemente do seu valor de troca” (Perista, Maximiano e Freitas, 2000, p. 6).

Rocha e Rezende (2021), em texto para discussão que analisa a representação social do estudo e do trabalho na vida cotidiana de jovens integrantes de famílias de classes populares na cidade de Recife (Pernambuco), destacam o papel fundamental desempenhado pelas jovens que não estão inseridas no mercado de trabalho e nem estudando nas estratégias familiares de ampliação da renda familiar. Ao cuidarem dos irmãos menores, primos e sobrinhos, as jovens nem-nem permitem que outras pessoas da família possam realizar atividades remuneradas fora do domicílio. Da mesma forma, quando se responsabilizam pelos afazeres domésticos, estão também facilitando a entrada de outros moradores no mercado de trabalho.

Vista sob essa ótica, a existência de jovens sem estudar e sem trabalhar é funcional para a estratégia de reprodução social das famílias de baixa renda. Entretanto, do ponto de vista das próprias jovens, ficar sem estudar e sem trabalhar faz com que se sintam entediadas, excluídas e assoberbadas com o trabalho doméstico e de cuidados.

O meu dia é assim: eu já acordo na agonia para fazer a tarefa da minha sobrinha. Eu tenho uma sobrinha de oito anos e eu ajudo. Como eu estou sem fazer nada por enquanto, eu ajudo minha mãe com ela. Aí é mais assim, serviço de casa, ajudo minha sobrinha a fazer a tarefa, aí vou dar banho nela, ajeito ela para a escola (Clareana, 21 anos) (Rocha e Rezende, 2021, p. 47).

O entendimento de como as jovens das camadas populares percebem a si próprias quando estão sem estudar e sem trabalhar, ocupando, portanto, o lugar de cuidadoras e de responsáveis pelos afazeres domésticos, é revelador de sofrimentos e sentimentos de baixa autoestima, tédio, desânimo e rejeição. Esse aspecto faz ver a necessidade de suporte familiar, social e econômico que, se disponível, poderia reinserir essas jovens em trajetórias de estudo e trabalho.

Outra questão importante a se notar no trecho destacado é a repetição do termo “ajuda” utilizado pela jovem para se referir às suas tarefas de cuidado e também ao se sentir fazendo “nada”, denotando sua própria falta de reconhecimento do valor do trabalho de cuidados que realiza no domicílio. Sobre a invisibilidade do trabalho de cuidados tratado como “ajuda”, Guimarães e Vieira (2020) nos explicam com clareza que, se por um lado:

o termo “ajuda”, recorrentemente utilizado, acentua a dimensão de afeto, zelo e atenção às necessidades de quem demanda o serviço, produto ou informação em detrimento da ideia de transação econômica. Da mesma forma, evidencia a dimensão da reciprocidade e marca diferença em relação às doações sem contrapartida. Por outro lado, afasta o sentido de trabalho de tal forma que aquelas mulheres que assumem protagonismo nas redes familiares e comunitárias de cuidado e desempenham essa atividade de forma intensa e permanente não se veem e nem são vistas (pela família, vizinhança e serviços sociais) como trabalhadoras. Ou seja, onde a dimensão mercantil é sublinhada atribui-se o sentido de trabalho, onde a dimensão relacional predomina, aponta-se a inatividade. E esse é o caso das mulheres que desempenham o trabalho de cuidado, dado empírico que se relaciona com a corrente representação social de inatividade das mulheres pobres (Guimarães e Vieira, 2020, p. 124-125).

Fatores socioeconômicos, como dificuldades financeiras e falta de acesso a serviços de cuidados, como creches, contribuem para deixar as jovens de baixa renda cada vez mais distantes do mercado de trabalho e de novas oportunidades de escolarização.

A gente olha para as circunstâncias e acaba se sentindo incapaz. Em algum momento a gente sabe que é capaz de conseguir se a gente se esforçar, mas vem aquele desânimo, e não tem ninguém para nos apoiar. Isso no meu caso, não tenho muito apoio. Acho que o meu problema é esse (Ângela, 22 anos) (Rocha e Rezende, 2021, p. 56).

Em geral, são famílias que enfrentam expressivas dificuldades econômicas e não têm condições de incentivar as meninas a estudarem, inclusive porque não podem prescindir do papel de cuidadoras que as jovens exercem no âmbito domiciliar. Os problemas gerados ultrapassam as esferas sociais e econômicas, podendo criar também desordens emocionais. As relações familiares em contexto de muita privação econômica e social podem comprometer a autoestima de crianças e jovens, que passam a interpretar os problemas inerentes de sua condição socioeconômica como se fossem atributos negativos pessoais, reduzindo suas tentativas de reposicionamento dentro das estruturas familiares e sociais.

4 TRABALHO DE CUIDADOS E OS JOVENS DURANTE A PANDEMIA

Esta seção tem o objetivo de discutir algumas das consequências da pandemia de covid-19 para a educação e o trabalho dos jovens, destacando, principalmente, aqueles que estiveram na situação de sem estudo e sem trabalho durante a pandemia, no ano de 2020. Com o objetivo de dar visibilidade às diversas vulnerabilidades que afetam esse grupo, este capítulo considera as seis categorias de jovens nem-nem, utilizadas por Rocha e Vaz (2020, p. 111), conforme descritas no quadro 1. Como se nota, as categorias de jovens nem-nem foram construídas, levando em consideração o principal motivo para os jovens estarem na situação

de nem-nem. Todas as categorias carregam algum tipo de vulnerabilidade, cuja magnitude varia em função das maiores ou menores dificuldades que os jovens teriam que enfrentar para o retorno ao mercado de trabalho, caso desejassem.

QUADRO 1
Categorias de jovens que não trabalham e não estudam

Categorias	Definição	Condição na força de trabalho
Desempregados de curto prazo	Jovens desempregados que procuram trabalho e que estão desempregados há menos de um ano.	Incluídos na força de trabalho
Desempregados de longo prazo	Jovens desempregados que procuram trabalho e que estão desempregados há mais de um ano.	
Indisponível devido à saúde, gravidez ou incapacidade	Jovens que não procuram emprego ou não estão disponíveis para iniciar um trabalho devido à doença ou incapacidade.	Fora da força de trabalho
Indisponível devido a responsabilidades familiares	Jovens que não estão procurando emprego ou que não estão disponíveis para iniciar um novo emprego porque cuidam de crianças ou adultos incapacitados ou têm outras responsabilidades familiares menos específicas.	
Desencorajados	Jovens que pararam de procurar trabalho porque acreditam que não há oportunidades de emprego para eles. São a maioria jovens vulneráveis e com alto risco de exclusão social, com grande probabilidade de obter maus resultados no emprego ao longo de suas vidas profissionais e com alto risco de desligamento ao longo da vida.	
Outros	Inclui os jovens que, na PNAD Contínua, responderam as seguintes motivações para não trabalho: "Não quer trabalhar ou é aposentado"; "Não tinha experiência profissional ou qualificação"; "Acha que não vai encontrar trabalho por ser muito jovem ou idoso"; "Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho" e "outros motivos".	

Fonte: Rocha e Vaz (2020, p. 111).

Em relação ao mercado de trabalho, uma especificidade da crise durante a pandemia foi o aumento da inatividade e, principalmente, do número de jovens desalentados, que já não acreditavam ser possível encontrar um emprego. Ademais, essa crise tem um diferencial importante em relação a outras que a precederam: além de impactar o mercado de trabalho, também interrompe o processo de construção de habilidades, como a continuidade da educação e da formação profissional, que são fundamentais para ampliar as chances de os jovens conquistarem um trabalho decente na fase de recuperação.

A paralisação das atividades escolares nas redes públicas de ensino, em função das necessárias medidas de isolamento social durante a pandemia, alcançou grande parte dos jovens no país. Também foram impactados aqueles que pagavam por sua própria educação e perderam suas ocupações, resultando na descontinuidade dos seus estudos, além da redução dos rendimentos familiares. Aliás, poucos jovens foram capazes de dar continuidade *online* à sua formação de maneira adequada, não apenas pelas dificuldades de acesso à internet, marcado por muita desigualdade no Brasil, mas também pela necessidade de dedicar horas a mais nas tarefas de cuidados e afazeres domésticos em seus arranjos familiares. Esta segunda

razão afetou, sobretudo, as jovens mulheres que, devido à ausência de apoio por parte de suas famílias e do Estado, na oferta de espaços como creches/escolas no período de isolamento social, tiveram que se ocupar mais intensamente do trabalho não remunerado no domicílio no período da pandemia.

Com dificuldades de procurar trabalho e com o fechamento das escolas, assistiu-se ao aumento do contingente dos jovens que ficaram sem estudar e sem trabalhar. Os resultados do levantamento da PNAD Covid-19 de maio de 2020, apresentados na tabela 1, mostram que o principal motivo para os jovens nem-nem desocupados de curto e longo prazo não procurarem trabalho naquele período da crise sanitária era a pandemia (isolamento, quarentena ou distanciamento social), citado por mais de 60% dos entrevistados. Para os jovens que estavam sem estudar e sem trabalhar devido aos afazeres familiares e entre os jovens nem-nem por motivo de saúde, incapacidade ou gravidez, 37% e 22%, respectivamente, endereçaram à pandemia as razões de não estarem procurando trabalho. Conforme se nota, na categoria “outros”, 46% alegaram não procurar trabalho devido a motivos relacionados à pandemia.¹⁰

TABELA 1

Motivos apresentados pelos jovens nem-nem para a não procura de trabalho (maio/2020)
(Em %)

Motivos	Outros	Desocupados de curto prazo	Desocupados de longo prazo	Desencorajados	Responsabilidades familiares	Gravidez, saúde ou incapacidade ¹
Devido à pandemia (isolamento, quarentena ou distanciamento social)	46	62	62	48	37	22
Por problemas de saúde ou gravidez ¹	6	4	4	4	4	43
Por estar estudando	17	12	10	5	2	3
Por não haver trabalho na localidade	7	7	7	20	6	5
Por ter que cuidar dos afazeres domésticos e/ou de parentes	12	6	10	14	44	13
Outros motivos ²	13	10	8	8	7	13
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ “Problemas de saúde” e “gravidez” estão presentes tanto na linha como na coluna porque estamos trabalhando com as subcategorias de jovens nem-nem, conforme descritas no quadro 1 deste capítulo. Dessa forma, na linha, a denominação “Gravidez, saúde ou incapacidade” refere-se a um subgrupo de nem-nem e, na coluna, ao motivo alegado na PNAD para não estar trabalhando e estudando.

² Inclui os seguintes motivos: “Não quer trabalhar ou é aposentado”; “Não tem experiência profissional ou qualificação”; “Acha que não vai encontrar trabalho por ser muito jovem”; “Está aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho”; e “outros motivos”.

10. A grande proporção na categoria “outros” deve-se ao fato de que, no âmbito da PNAD Covid-19, essa categoria acolheu a maior parte dos jovens que deixaram de procurar emprego devido à pandemia.

Em relação à frequência escolar, os dados da tabela 2, elaborada com base na PNAD de 2019,¹¹ mostram que, independentemente da faixa etária em que se encontrem os jovens nem-nem, três são os motivos que aparecem como mais importantes para a não frequência à escola: “não tem interesse”, “trabalha ou está procurando trabalho” e “ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de pessoas no domicílio”. Esses motivos se alternam entre os três primeiros lugares em relação às diferentes faixas etárias. Para os jovens adolescentes, o principal motivo citado é o de “não ter interesse”, alegado por cerca de um terço dos entrevistados como razão para não frequentar a escola. Para os jovens de 18 a 24 anos, a maior motivação de não estudar é “ter que trabalhar ou procurar trabalho”. E, entre os jovens adultos, de 25 a 29 anos, cerca de um terço afirmou não frequentar a escola por ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de pessoas no domicílio.

TABELA 2
Motivos apresentados pelos jovens nem-nem para a não frequência à escola, de acordo com a faixa etária (2019)
 (Em %)

Motivos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Trabalha ou está procurando trabalho	14	24	24
Não tem escola ou faculdade na localidade ou ficam distantes	3	3	2
Falta de vaga na escola ou no turno letivo desejado	4	1	1
Falta de dinheiro para pagar mensalidade, transporte, material escolar etc.	1	1	0
Por gravidez	8	14	10
Por ter que realizar afazeres domésticos ou cuidar de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência	19	19	29
Estudando para concurso ou por conta própria para vestibular/Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)	3	3	0
Por já ter concluído o nível de estudo que desejava	5	8	7
Por ter problema de saúde permanente	8	5	7
Não tem interesse em estudar	30	21	18
Outro motivo	6	2	1
Total	100	100	100

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Ipea.

Dois desses motivos se agravaram ainda mais após o período pandêmico: “não ter interesse” e “trabalhar e ter que procurar trabalho”. No caso da perda de interesse pelos estudos, o fechamento das escolas por longo período, como aconteceu no Brasil, traz consequências profundas para a continuidade da

11. Os dados de motivos para “não frequência à escola” foram analisados com os dados da PNAD Contínua de 2019, porque a PNAD Covid-19 de 2020 não disponibilizava essa informação.

educação dos jovens, com prejuízos educacionais e cognitivos piorados pela falta de estímulo proporcionada pelo ambiente escolar, contribuindo, desse modo, para o aumento da evasão escolar.

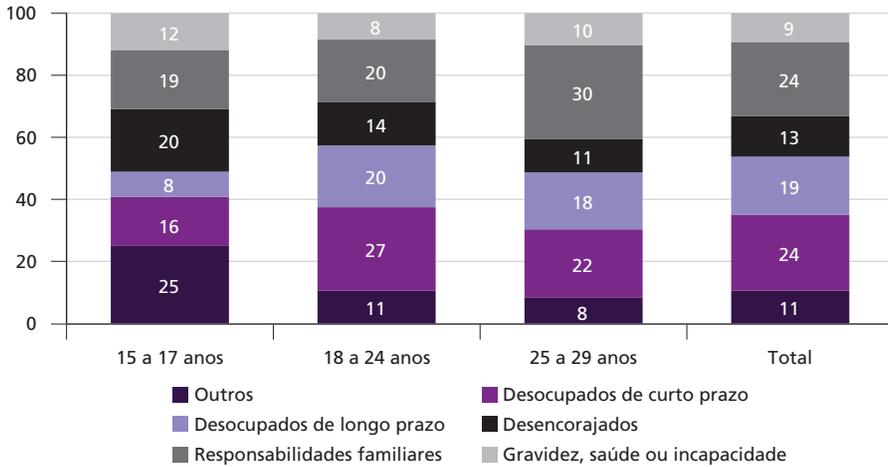
Com a melhora do quadro pandêmico, os jovens voltaram a procurar o mercado de trabalho, principalmente os integrantes de famílias com menor poder aquisitivo. Porém, a lenta recuperação do mercado de trabalho, cada vez mais seletivo, fez com que muitas atividades antes presenciais desaparecessem e dessem lugar ao trabalho remoto, tornando a busca de uma colocação cada vez mais difícil para os jovens nem-nem. As novas formas de trabalho e as enormes desigualdades de acesso ao ensino e à formação *online*, a ausência de políticas públicas de emprego efetivas voltadas para os jovens e a falta de condições de renda familiar que proporcionem oportunidades e habilidades são exemplos de fatores que acirraram e mantiveram os jovens na condição de nem-nem no período pós-pandemia.

Por sua vez, os motivos relacionados aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas, que aumentaram muito durante a vigência das medidas de isolamento social, assoberbando principalmente as jovens mulheres, devido ao fechamento das creches, à ausência de auxiliares no domicílio, entre outras razões, no período de recuperação, com a reabertura dos serviços, tenderam a voltar aos patamares, bastante elevados, de antes da crise sanitária.

Em 2019, cerca de 40% dos jovens que estavam sem trabalhar e sem estudar integravam a força de trabalho na qualidade de jovens desocupados de curto prazo (24%) e desocupados de longo prazo (19%), portanto quase 60% dos jovens nem-nem do país estavam fora da força de trabalho e já não buscavam ocupação, sendo mais vulneráveis que aqueles que ainda buscam emprego, pois tendem a permanecer por longos períodos desengajados e inativos, trazendo marcas irremediáveis para sua vida adulta, como mostra o gráfico 5.

Entre os jovens desengajados do mercado de trabalho, a maior parte (24%), um a cada quatro, eram jovens mulheres que estavam indisponíveis para o trabalho remunerado por serem responsáveis pelos cuidados de pessoas no domicílio e pelos afazeres domésticos. Os jovens que estavam sem trabalhar e sem estudar e foram categorizados como desencorajados por não acreditarem que existia um trabalho adequado para o seu perfil representavam 13%; os que não trabalhavam por indisponibilidade decorrente de saúde ou gravidez eram 9% e aqueles que estavam sem trabalhar por “outros” motivos eram 11% (gráfico 5).

GRÁFICO 5
Distribuição dos jovens nem-nem por categorias e faixa etária
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Ipea.

As vulnerabilidades dos nem-nem variam em função das maiores ou menores dificuldades que esses jovens têm que enfrentar para retornar ao mercado de trabalho ou à escola, caso desejem. Aqueles denominados como desencorajados apresentam maiores dificuldades de fazer o percurso de volta porque já estão desengajados do mercado de trabalho e da escola, e é mais difícil que esses indivíduos sejam alcançados pelas políticas públicas. O mesmo ocorreria com as jovens que são nem-nem devido às responsabilidades familiares, um grupo extremamente vulnerável porque o retorno ao mercado de trabalho e à escola depende da oferta de serviços públicos de cuidados para crianças, adultos e idosos dependentes ou do suporte de terceiros que as apoiem nas atividades de cuidados (Rocha e Vaz, 2020).

Conforme discutido na seção 1, as transições dos jovens para a vida adulta não são mais lineares. Ao longo de suas trajetórias laborais e educacionais, por exemplo, os jovens vivenciam várias situações que podem incluir apenas trabalhar, conciliar trabalho com estudo, só estudar ou ficar sem estudar e sem trabalhar por determinado período. Os jovens nem-nem, sobretudo, se caracterizam, fundamentalmente, pelo intenso movimento que realizam entre procurar trabalho, trabalhar, ficar desocupado ou se desengajar por curto ou longo período da força de trabalho para realizarem atividades não remuneradas, principalmente o trabalho doméstico e de cuidados de pessoas no domicílio.

A movimentação da entrada e saída na educação e trabalho por parte dos jovens nem-nem varia muito em função dos motivos que os levaram a ficar nessa situação. Para ilustrar essas diferenças, apresenta-se o gráfico 6, que, em uma perspectiva longitudinal, desagrega as seis categorias de jovens nem-nem entre 2013 e o segundo trimestre de 2020, destacando as probabilidades de cada categoria retornar ao estudo ou trabalho. Como se nota, no período anterior à pandemia, de 2013 até o último trimestre de 2019, a probabilidade de os nem-nem desocupados por curto e longo prazo voltarem a estudar ou trabalhar após doze meses nessa situação é muito alta em todo o período de referência, situando-se entre 50% e 60%.

No entanto, a probabilidade de as jovens que são nem-nem devido às responsabilidades familiares retomarem as suas trajetórias de estudo e trabalho é significativamente menor, de apenas 26% após doze meses de permanência nessa situação, confirmando as maiores dificuldades enfrentadas pelas jovens cuidadoras para mudarem o lugar que ocupam no arranjo familiar. Apenas os jovens indisponíveis por doença ou incapacidade apresentam menor probabilidade (20%) de voltar a estudar ou trabalhar do que as jovens que estão nem-nem por responsabilidades familiares. Os jovens nem-nem por problemas de saúde são extremamente vulneráveis porque estão impossibilitados de realizar trabalho remunerado pelo tempo em que o problema de saúde persistir; muitas vezes pela vida toda.

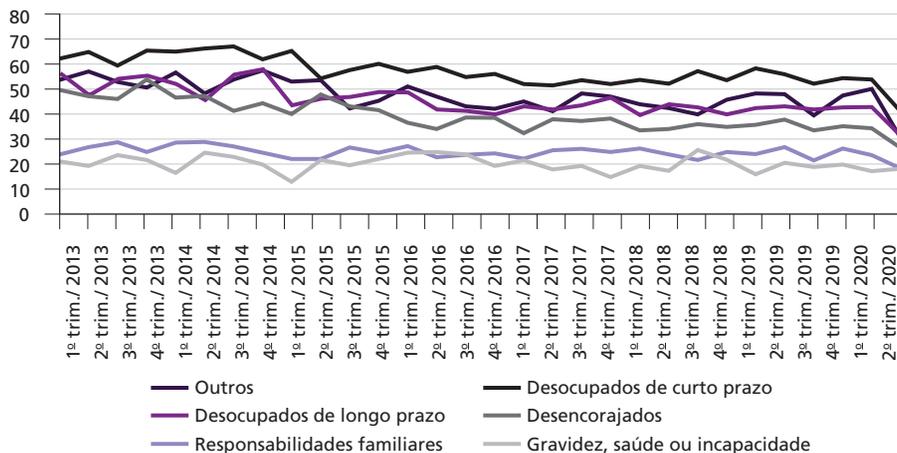
Analisando apenas o período da pandemia – primeiro e segundo trimestres de 2020 – mostrado no mesmo gráfico 6, observa-se que a crise sanitária reduziu muito as chances de os jovens sem estudo e sem trabalho saírem dessa situação. As probabilidades para os nem-nem desocupados de curto e longo prazo retomarem suas trajetórias de estudo e trabalho caíram em 13 e 11 pontos percentuais (p.p.), respectivamente, entre o primeiro e o segundo trimestres de 2020. Para os desencorajados, as chances de saída dessa condição também se reduziram em 8 p.p. e, para as jovens nem-nem por responsabilidades familiares, cuja probabilidade de mudança da situação já era significativamente menor, a queda foi de 5% para o mesmo período.

Finalmente, os jovens que estavam fora da escola e da força de trabalho, por conta de gravidez, saúde ou incapacidade, não registraram mudança importante, uma vez que eles já não possuíam grande mobilidade. No entanto, a queda mais vertiginosa ocorreu no âmbito da categoria “outros”, que despencou 20 p.p. em um único trimestre, um valor sem precedentes na série histórica. Tal fato ocorreu porque, no âmbito da PNAD Covid-19, essa categoria acolheu a maior parte dos jovens que deixaram de procurar emprego devido à pandemia.

GRÁFICO 6

Probabilidade de estudo e/ou trabalho dos jovens que eram nem-nem nos doze meses anteriores, por categorias – série trimestral (2013-2020)

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Os dados sobre educação e trabalho dos jovens nem-nem durante a crise sanitária mostraram a elevada proporção de jovens que deixaram de buscar trabalho devido à pandemia e que tiveram dificuldade de retomar os estudos não presenciais. Felizmente, a cobertura de proteção social desses jovens foi abrangente no auge da crise sanitária em 2020. Conforme apontam os dados do gráfico 7, as coberturas do Auxílio Emergencial¹² e do Programa Bolsa Família (PBF) alcançaram cerca de 80% dos grupos de nem-nem desencorajados e daqueles caracterizados por cuidados e afazeres domésticos e, aproximadamente, 60% dos nem-nem desocupados e dos que estavam nessa situação por problemas de saúde, incapacidade e gravidez.

No entanto, o auxílio emergencial no valor de R\$ 600 ou R\$ 1.200, no caso das mulheres chefes de famílias monoparentais, foi concedido apenas entre abril e agosto de 2020, posteriormente, seu alcance ficou mais restrito em termos de valores e número de pessoas contempladas. Assim, as perspectivas atuais e futuras são preocupantes, pois um dos efeitos da crise sanitária foi o fechamento das portas de saída para os jovens nem-nem retomarem suas trajetórias de educação e trabalho, prolongando sua situação de inatividade com graves consequências na qualidade de sua inserção no mercado de trabalho. Ademais, dentro do universo desses jovens encontram-se tanto indivíduos que demandam apoio e cuidados

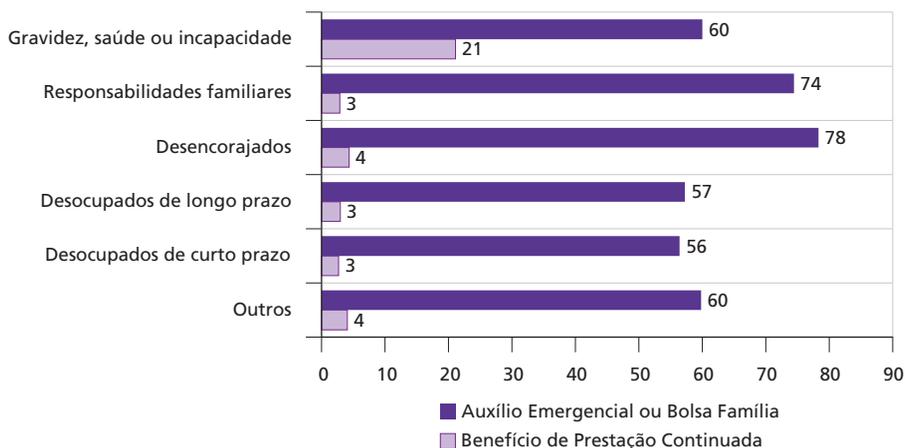
12. O Auxílio Emergencial é um benefício destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, com renda familiar até três SMs e inferior a meio SM por pessoa, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia de covid-19.

familiares e estatais, como jovens cuidadores que abandonaram suas trajetórias escolares e laborais para se dedicarem integralmente aos cuidados de pessoas e ao trabalho não remunerado no domicílio.

GRÁFICO 7

Recebimento de Auxílio Emergencial, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada entre os jovens que estavam sem trabalho e sem estudo no primeiro trimestre de 2019 (maio/2020)

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua; PNAD Covid-19/IBGE.
Elaboração: Ipea.

5 O CUIDADO COMO DIREITO DOS JOVENS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta seção busca refletir sobre o cuidado como direito dos jovens e como o Estado deve assegurá-lo por meio de políticas públicas que ofertem bens e serviços adequados às suas necessidades e características, favorecendo sua trajetória nos vários domínios da vida, em especial a educação, o trabalho e a vida reprodutiva.

Historicamente, os sistemas de proteção social remontam a preocupações com a força de trabalho inserida no mercado formal de trabalho, excluindo trabalhadores informais e aqueles dedicados ao trabalho reprodutivo não remunerado doméstico e de cuidados ofertado majoritariamente pelas mulheres. Tais sistemas não foram construídos com base no ideário de cidadania e, por conseguinte, não contemplavam questões afetas a grupos sociais, suas necessidades e vulnerabilidades, a exemplo das demandas e interesses dos jovens. Desde o último século até a atualidade, a luta permanente pela conquista, garantia e ampliação dos direitos de cidadania vem modificando e modernizando, de forma não linear, os sistemas de proteção social, rompendo com a segregação entre assalariados e demais cidadãos e incluindo novos direitos reclamados por grupos sociais diversos, em

resposta a novos problemas colocados na pauta da sociedade como o trabalho de cuidados.

No campo das políticas de cuidados, o debate recente permite diferentes abordagens que podem ser sistematizadas em quatro grandes grupos: o primeiro concentra as análises nos determinantes econômicos, discutindo principalmente os aspectos relacionados ao trabalho de cuidado, explorando variáveis como sua remuneração (ou não), o uso do tempo dedicado aos cuidados no âmbito das famílias, a distribuição dos cuidados entre seus membros e sua contribuição para o produto interno bruto (PIB). Outro grupo direciona as análises para a inserção, o desenho e a dimensão dos cuidados no contexto das políticas públicas, buscando avaliar e propor medidas que tratem os cuidados como parte dos sistemas de proteção social. Um terceiro grupo associado a este último discute os cuidados como direito de cidadania, avaliando a sua incorporação no conjunto da legislação e sua valorização no contexto das práticas e políticas sociais. E, finalmente, um quarto grupo busca analisar os aspectos relacionais, psicológicos, antropológicos e éticos do cuidado (Batthyány, 2020).

Nas sociedades tradicionais e modernas, criou-se um vínculo que foi naturalizado entre família e oferta de cuidado, que tem gerado e sustentado dificuldades para que o cuidado seja assumido como direito de cidadania e, portanto, garantido pelo Estado. Dessa relação entre família e cuidado emergem empecilhos para que esse direito seja reconhecido e assegurado em suas diferentes formas ao longo do curso da vida. A garantia do cuidado como direito de cidadania significa que, independentemente de contar com uma família que possa provê-lo ou de possuir recursos para comprá-lo, todo cidadão deve ter assegurados seu reconhecimento legal e seu recebimento no âmbito do conjunto das políticas de Estado.

Uma política pública de cuidado, enquanto direito de cidadania, deve integrar as dimensões social, econômica, política, jurídica e cultural dos sistemas de proteção social. Questões relacionadas aos grupos sociais, estrutura familiar, mercado de trabalho e outras fazem parte das construções dos sistemas nacionais de proteção social e orientam a forma como o Estado e a sociedade ofertam a seus cidadãos as condições de acesso a bens e serviços sociais, em que devem estar inclusas as diferentes ações de cuidados que as pessoas irão precisar ao longo do caminho do curso de vida.

No Brasil, o cuidado como um direito de cidadania ainda não é reconhecido com essa amplitude e fundamentação, tampouco pauta a estruturação do sistema nacional de proteção social enquanto um conceito fundante que dá origem à oferta de bens e de serviços de cuidados. Mesmo existindo iniciativas que apoiam a população em suas necessidades de cuidados, essas não estão relacionadas ao conceito de cuidado e são deficientes e limitadas, sem potencial para alterar o

quadro de oferta de cuidados estabelecido, hoje, no Brasil, e que se arrasta quase inalterado há décadas.

Diferentemente do que vem ocorrendo com as políticas públicas de cuidados, em que os grupos sociais que as reivindicam ainda não conseguiram transformá-la em direitos inscritos nos marcos legais do país, os jovens brasileiros lograram construir uma política nacional de juventude ao longo dos anos 2000, não obstante os retrocessos dos últimos anos, como vem ocorrendo em praticamente todos os campos dos direitos de cidadania no país. Estimulado pelo debate internacional sobre a juventude¹³ e pelas mobilizações dos coletivos jovens, o Brasil promoveu avanços importantes, a exemplo da promulgação da Emenda Constitucional nº 65, de 2010, que estendeu aos jovens direitos assegurados inicialmente apenas às crianças e aos adolescentes, e a promulgação do Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que dispôs sobre os direitos e as políticas públicas para esse segmento da população.

Além de integrar o embasamento legal que garante os direitos geracionais no Brasil, inaugurado com a promulgação do ECA, em 1990, e seguido pelo Estatuto do Idoso, em 2003, o Estatuto da Juventude reconhece o jovem como cidadão pleno, sujeito de direitos individuais e coletivos. São onze conjuntos de direitos assegurados no Estatuto: direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à educação; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à diversidade e à igualdade; à saúde; à cultura; à comunicação e à liberdade de expressão; ao desporto e ao lazer; ao território e à mobilidade; à sustentabilidade e ao meio ambiente; à segurança pública e ao acesso à justiça.

Nessa perspectiva, o jovem é reconhecido como cidadão pleno, e a juventude não é mais entendida somente como a passagem para a vida adulta, cujas políticas públicas buscavam fundamentalmente corrigir desvios e incompletudes que dificultassem o percurso até o alcance da maturidade (Novaes, 2009). Em 2005, foram criados a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), voltado para jovens entre 18 e 24 anos que estão fora da escola e do mercado de trabalho. O programa foi reformulado algumas vezes na tentativa de melhorar seu desempenho.

A política nacional de juventude, idealizada naquele momento, pretendia promover a igualdade de acessos e oportunidades, respeitar e valorizar as diversidades dos jovens e promover seu desenvolvimento de forma integral. A articulação

13. Em 2005, após dez anos da criação do Programa Mundial de Ação para a Juventude e vinte anos após o estabelecimento do Ano Internacional da Juventude, em 1985, a Assembleia Geral das Nações Unidas lançou informe sobre a situação da juventude no mundo, enfatizando que os jovens no início do terceiro milênio ainda continuavam enfrentando muitos e complexos problemas, destacadamente a pobreza. Em 2006, a XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude, realizada em Cuba, reconheceu a juventude como ator de mudanças e transformações sociais e como etapa essencial singular do processo de desenvolvimento humano, que deve ser vivida plenamente e com o exercício integral de seus direitos.

com as outras políticas públicas era parte essencial da sua concepção, sendo a multissetorialidade e a transversalidade elementos constitutivos da proposta. De fato, as práticas da transversalidade e da multissetorialidade podem ser adotadas por qualquer política pública, porém são fundamentais no desenho daquelas voltadas para grupos sociais específicos e para outras, a exemplo das políticas de cuidados, que perpassam diferentes momentos do curso de vida e apresentam, dessa forma, diferentes demandas de ações e serviços de cuidados.¹⁴ Assim, enquanto direito assegurado aos jovens, o cuidado é duplamente marcado por medidas multissetoriais e transversais.

Analicamente, é possível identificar os jovens, de um lado, como um grupo específico, com particularidades e demandas próprias que buscam ser atendidas por meio de políticas e ações públicas de diversas naturezas e competências, além do apoio da família e da sociedade, tornando realidade seus direitos formais previstos em lei. Por outro lado, a etapa da juventude também é marcada por profundas desigualdades de renda, gênero, raça, situação do domicílio e outras, o que a torna demandante de cuidados específicos que favoreçam a realização de seus projetos de futuro na vida adulta.

Para destacar a importância das políticas públicas para a juventude, Aquino (2009) afirma que o desenvolvimento – concebido como processo multidimensional de transformações estruturais da sociedade que resulta na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos – projeta-se no futuro, assim como a juventude, mas é consequência de decisões e ações sobre o presente, que repercutirão de forma positiva ou negativa sobre os projetos idealizados.

As políticas de cuidado e de juventude têm em comum a marca da modernidade. São políticas praticamente recém-chegadas na arena das disputas políticas e econômico-sociais. Ambas buscam inserir questões e atores até então pouco valorizados no espaço público que define a agenda e a atuação governamental, trazendo suas demandas e necessidades para o campo dos direitos e dando-lhes institucionalidade e materialidade.

A oferta desejável de cuidados aos jovens como um direito social perpassa vários campos da atuação do Estado. As escolas, para além da relevância e do papel que cumprem na formação dos jovens, são também espaços que possibilitam o compartilhamento do trabalho de cuidados com as famílias.¹⁵ Como direito de cidadania, as demandas de cuidados por parte dos jovens encontram condições

14. Estudo do Ipea (2009) traz que “o conceito de transversalidade, em sentido estrito, pressupõe atuação interdepartamental e criação de fóruns horizontais de diálogo e tomada de decisão, em que conhecimentos, recursos e técnicas acumuladas em cada espaço institucional possam atuar em sinergia” (Ipea, 2009, p. 665).

15. Vale citar texto da Secretaria Nacional da Juventude (2014) que afirma: “É o ingresso e a estadia na escola, o ‘passe’ que abre a possibilidade de acesso às demais instituições que garantem a experimentação e o uso da condição juvenil” (Abramo, 2014, p. 28).

potenciais de realização no âmbito das escolas. Além das contribuições para a construção das habilidades educacionais e cognitivas dos jovens, as escolas financiadas pelo Estado, particularmente aquelas de tempo integral, são instâncias possíveis para a corresponsabilização pelos cuidados dos jovens entre o Estado e as famílias, sobretudo para os jovens adolescentes de 15 a 17 anos. Contudo, é necessário o enfrentamento de muitos dos problemas que atingem a educação brasileira, sejam eles relacionados aos profissionais da educação, à infraestrutura, à atratividade, entre outros.

Ao longo de toda a juventude, dos 15 aos 29 anos, como analisado nas seções anteriores, muitos jovens abandonam a escola para se dedicar às tarefas de cuidados e trabalho doméstico não remunerados no domicílio, principalmente mulheres jovens. E outros tantos jovens não têm a oportunidade de aumentar a escolaridade e ampliar sua qualificação por terem que antecipar a entrada no mercado de trabalho, pois suas famílias não têm condições econômicas de sustentá-los no período de transição para a vida adulta. Para todos esses jovens, especialmente os maiores de 18 anos, é fundamental a implementação de políticas que ofereçam uma segunda chance de escolarização e que estimulem a permanência e o retorno à escola. Também são muito importantes as medidas que visam a ampliar a escolaridade dos jovens, como as que estimulam o ingresso e a permanência no ensino superior, seja por meio de bolsas de estudo e crédito educativo, seja pela implantação de cotas ou por outras medidas.

Além de orientações e estímulos à educação formal, os jovens inseridos no mundo do trabalho também precisam de proteção, segurança e saúde no exercício de suas atividades produtivas, tendo em vista a garantia de um trabalho decente, adequado às faixas etárias. Um conjunto de novas ocupações urbanas, a exemplo dos entregadores por aplicativos, que mostraram sua importância e, contraditoriamente, sua desvalorização e exploração de forma violenta – que se tornou explícita no contexto da pandemia de covid-19 –, tem não somente reforçado a necessidade de medidas protetivas, como também denunciado o caráter de urgência face ao elevado número de acidentes graves que provocam mortes e sequelas.

Ao mesmo tempo, políticas de apoio à entrada e inserção qualificada dos jovens no mundo do trabalho,¹⁶ cada vez mais caracterizado pela irregularidade, intermitência e precariedade, também são fundamentais nessa etapa de transição

16. Não obstante a importância que o trabalho, assim como sua ausência, tem no imaginário e na realidade da juventude brasileira, vale a indagação de Guimaraes: “Por fim, o tema das relações entre os jovens e o trabalho está envolto em um leque não desprezível de dilemas morais. Dilemas que estão no centro das suas vidas e escolhas, mas que também subjazem às políticas públicas (ou à ausência destas): será o trabalho um valor para os jovens? Devem os jovens trabalhar ou haveria que preservá-los (pela renda da família e/ou pela proteção estatal) até que logrem um percurso escolar completo? Cabe aos jovens a obrigação da corresponsabilidade no trabalho domiciliar não remunerado, mesmo se tal partilha põe em risco sua formação escolar? Quando podem (ou devem) os jovens estabelecer relacionamentos duradouros que os levem a obrigações de m/paternidade, sem que isso impacte sobre o seu vínculo com o trabalho?” (Guimaraes, 2021, p. 10).

para a vida adulta. Ações de estímulo a contratações de jovens e de apoio à formação e qualificação profissional são exemplos de políticas públicas que podem trazer benefícios para a juventude nesse campo comandado pelo mercado. As grandes incertezas e angústias contemporâneas que envolvem as dificuldades da conquista do primeiro emprego, ampliadas pela perda da garantia de inserção pela via dos certificados escolares, tornam essas ações medidas importantes de cuidados para os jovens.

Em relação às políticas de saúde, o perfil epidemiológico da juventude indica que a mortalidade por doenças graves é menor nessa fase do curso da vida e aponta para a importância das ações de promoção de hábitos e atitudes saudáveis que busquem conscientizar os jovens sobre as práticas e situações prejudiciais ao seu bem-estar e desenvolvimento. São exemplos as medidas de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas, importantes nessa etapa vital de maior experimentação, e as políticas de promoção do direito sexual e reprodutivo que contribuam para a saúde e a autonomia dos jovens, incluindo a redução da gravidez não planejada, que pode trazer dificuldades na trajetória de educação e trabalho dos jovens.¹⁷

No extremo oposto de uma vida saudável, estão a violência e a morte prematura que alcançam parte significativa dos jovens brasileiros – principalmente a juventude negra, empobrecida e do sexo masculino –, que perdem suas vidas de forma abrupta e violenta e não têm assegurado sequer o primeiro de todos os direitos, que é a vida. Apesar do avanço recente na concepção das políticas públicas para a juventude, a realidade brasileira ainda permanece marcada pela desproteção social, cooptação pela criminalidade e violência policial.

A análise elaborada por Ferreira *et al.* (2009) ainda é muito precisa ao mostrar que os jovens são as maiores vítimas da violência e dos homicídios no Brasil, ao mesmo tempo em que são seus principais autores. A violência no país é, em grande parte, cometida por jovens contra jovens, tendo entre suas principais causas o crescimento, a diversificação e a sofisticação da criminalidade nas grandes cidades, a disseminação do porte de armas de fogo, a generalização da “cultura da violência” e as grandes contradições sociais que valorizam o consumismo exacerbado sem oferecer oportunidades de inserção social pela via do mercado de trabalho. Entre 1995 e 2017 verificou-se um crescente aumento dos homicídios no país,

17. Como informam Fontoura e Pinheiro: “As pesquisas realizadas sobre o assunto apontam que a opção por ser mãe na adolescência, especialmente entre meninas de classe mais baixa, pode estar relacionada a um projeto de vida pessoal.... No caso das jovens, contudo, é importante destacar que tal opção implica impactos efetivos em sua trajetória de vida. No que diz respeito à escolaridade, é possível verificar que o abandono escolar se torna inevitável... A maternidade, neste sentido, pode não se constituir em uma opção de fato, mas, ao contrário, pode ser fruto da ausência de opções e da dificuldade de forjar um projeto de vida para além de ser mãe de família. Além disso, tanto em termos de possibilidades de inserção educacional e profissional quanto no que tange às dificuldades – especialmente financeiras – advindas do nascimento de uma criança, o preço pago pela jovem mais pobre que tem filho é maior” (Fontoura e Pinheiro, 2009, p. 156-157).

que atingiu, nesse último ano, 65.602, o equivalente a uma taxa de 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes, maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país. Mais dramático ainda é apontar que, deste total, 35.783 eram jovens entre 15 e 29 anos de idade, o que correspondia a uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país.¹⁸

Essa tragédia brasileira está relacionada ao conjunto de políticas de segurança pública, a cargo principalmente dos governos estaduais, que não conseguem controlar nem reverter a situação. Mesmo quando não explicitam, tais políticas adotam modelos de ações repressivas que têm como alvo principal os jovens, principalmente negros das periferias urbanas, nas abordagens policiais carregadas de violência e discriminação. O combate e a resolução dos casos de abusos e corrupção das polícias ainda não são suficientes para reverter a desconfiança por parte da população, assim como são insuficientes as medidas voltadas para ganhos de eficiência e a implementação de ações de prevenção da violência e da criminalidade, em articulação com as demais políticas sociais, em especial educação, cultura, esporte e trabalho. Uma política transparente, íntegra e inteligente de segurança pública ainda é um desafio a ser enfrentado pelo Estado e pela sociedade brasileira.

As políticas de assistência social, por sua vez, são fundamentais pela oferta de bens e serviços aos adolescentes e jovens em várias situações de vulnerabilidades e violação de direitos, como abuso ou exploração sexual, abandono, violências e outros riscos. São ações de cuidados, muitas vezes imprescindíveis ao adolescente, como as medidas de acolhimento nas situações de falta dos cuidados parentais indispensáveis à sua sobrevivência e desenvolvimento.

Programas de transferência de renda como o PBF também são fundamentais na etapa da juventude. Para os adolescentes entre 16 e 17 anos de idade, o PBF contempla um benefício específico, que se concretiza em um valor financeiro adicional repassado às famílias com jovens nessa faixa etária. Porém, a principal crítica a essa forma de benefício é que o adicional não é entregue diretamente aos adolescentes, e sim para os seus responsáveis. Dessa forma, não incentiva diretamente a autonomia dos jovens, conforme estabelece a política nacional para a juventude, embora possa ser importante para o conjunto da família beneficiária.

Além dessas ações gestadas no âmbito de várias políticas setoriais, muitas outras contribuem para a oferta de cuidados dos jovens nas áreas da cultura, meio ambiente, esporte e lazer, habitação e previdência social. Todavia, qualquer que seja a forma e o conteúdo do cuidado ofertado aos adolescentes e jovens, por meio de políticas públicas, é fundamental que o diálogo seja valorizado e as especificidades

18. O último Mapa da Violência (2021) mostra uma queda no número de homicídios, entre 2018 e 2019, que resultaram da deterioração na qualidade dos registros oficiais do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS).

próprias da juventude, respeitadas. São essenciais a escuta e o incentivo à autonomia e à emancipação. Ao mesmo tempo, também é necessário reconhecer a heterogeneidade e o dinamismo da juventude, elaborando estratégias que atentem para sua criatividade e diversidade cultural e identitária. Além disso, as ações de cuidado voltadas para os jovens devem enfrentar as enormes desigualdades que marcam a juventude brasileira, notadamente no que tange à renda, ao gênero e à raça.

Entre as muitas desigualdades que atingem os jovens, a desigualdade de gênero é particularmente extrema quando se trata dos cuidados de pessoas na família e do trabalho não remunerado no domicílio. Como mostrado nas seções anteriores, desde muito cedo os papéis tradicionais de gênero tendem a ser reproduzidos nos contextos familiares com a atribuição e sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado para as jovens mulheres, poupando os jovens homens da realização dessas atividades.

As enormes desigualdades presentes na realidade dos jovens, por um lado, e a riqueza que conforma o universo de diversidades identitárias, culturais e de valores da juventude, por outro, dão origem a diferentes demandas e necessidades de cuidados, que precisam ser consideradas no desenho e na execução das políticas públicas, de modo que não falem aos jovens os cuidados de que precisam para o desenvolvimento de todas as suas potencialidades e para a realização de seus projetos de futuro na vida adulta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como ponto de partida que todas as pessoas são demandantes de cuidados que se alteram e se ajustam às diferentes situações individuais e condições socio-econômicas e também aos diferentes momentos do curso de vida, este capítulo buscou, em primeiro lugar, enfrentar o desafio de estabelecer as relações entre juventude e cuidados. Esse percurso se fez necessário porque existem poucas referências na literatura da economia de cuidados que contemplam os jovens ou, especificamente, a juventude como fase no ciclo da vida, que demanda e oferta trabalho de cuidados.

Foi no diálogo entre os conceitos de trajetória e transições da abordagem metodológica do curso de vida que este texto encontrou a chave para definição do nexos entre juventude e cuidados. Entendendo que juventude é um período próprio caracterizado pela transição dentro do curso de vida da pessoa humana, marcado por conflitos, dificuldades e mudanças sociais, econômicas e físico-emocionais, ficou claro que essa fase da vida traz um componente relacional de cuidados. Quando jovem, o indivíduo depende do trabalho de cuidados de terceiros – família, Estado e sociedade – para acumular competências emocionais

e cognitivas para desenvolver plenamente suas potencialidades e entrar na vida adulta com autonomia e independência.

Seguindo esse caminho metodológico, o capítulo conclui que o apoio recebido da família é um dos recursos que mais influenciam a qualidade da transição para a vida adulta. Os jovens que podem contar com suporte familiar para prolongar o período de transição e acumular mais capital humano – escolaridade, qualificação, atributos socioemocionais – têm chances melhores de conseguir fazer transições mais autossatisfatórias para a vida adulta. Além dos apoios recebidos da família, a qualidade da transição também é dependente do conhecimento cultural, do aporte trazido pelas políticas públicas e das oportunidades ou restrições relacionadas ao gênero, à raça e à classe social.

A menor proporção de jovens na condição nem-nem na posição de filhos é reveladora da importância do apoio da família nesta fase do curso da vida. Permanecer na condição de filhos por um período mais longo permite aos jovens contar, por mais tempo, com os cuidados parentais para continuarem estudando e se qualificando. Contrariamente, os dados analisados neste texto confirmam que não contar com os cuidados parentais, pelo fato de já terem se mudado da casa dos pais e serem a pessoa responsável pelo domicílio ou cônjuge do responsável com filhos, influencia a capacidade dos jovens de acumular capital humano por meio da ampliação da escolaridade e qualificação.

Outro achado importante deste capítulo, que merece ser evidenciado, é que os jovens, independentemente da sua faixa etária, desempenham importante papel no trabalho doméstico e de cuidados no domicílio. No entanto, as horas dedicadas pelos jovens nessas atividades aumentam conforme se tornam mais velhos. Todavia, os dados revelaram a existência de enorme desigualdade no uso do tempo entre jovens homens e mulheres. Embora essa desigualdade de gênero no uso do tempo entre os jovens alcance todas as classes sociais, o número de horas médias dedicadas aos cuidados e aos afazeres domésticos é sempre maior para os jovens que vivem nos domicílios mais pobres.

Para compreender as consequências da pandemia de covid-19 sobre os jovens e o trabalho de cuidados, este trabalho analisou os efeitos da crise pandêmica sobre o trabalho e o estudo dos jovens. Os dados analisados mostraram que, se antes da pandemia o Brasil já contava com um número considerável de jovens que não estudavam e não trabalhavam (jovens nem-nem), as especificidades da crise da covid-19 agravaram este quadro, na medida em que contribuíram para aumentar o contingente de jovens que tiveram que interromper seus estudos e deixaram de buscar emprego, ampliando o grupo dos nem-nem desengajados da força de trabalho, quer seja por desencorajamento, quer seja para se dedicarem aos afazeres domésticos e aos cuidados de pessoas no domicílio.

Os motivos mais citados pelos jovens nem-nem em 2019 para não frequentar a escola foram: “não tem interesse”, “trabalha ou está procurando trabalho” e “tem que cuidar dos afazeres domésticos ou de pessoas no domicílio”. Os motivos relacionados aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas tenderam a aumentar durante a vigência das medidas de isolamento social, particularmente com o fechamento das creches e escolas, assoberbando as jovens mulheres com tarefas domésticas e de cuidados.

Os resultados da análise longitudinal feita a partir dos dados da PNAD Contínua (2019) e da PNAD Covid-19 (2020) mostraram que a crise decorrente da pandemia reduziu muito as chances de os jovens nem-nem saírem dessa situação. As probabilidades para os nem-nem desocupados de curto e longo prazo retomarem suas trajetórias de estudo e trabalho caíram em 13 e 11 p.p., respectivamente, entre o primeiro e o segundo trimestres de 2020. Para os desencorajados, as chances de saída dessa condição também se reduziram em 8 p.p., e para as jovens que estavam nem-nem por responsabilidades familiares, cuja probabilidade para retomar a trajetória de estudo e trabalho já era baixa, a queda foi de 5% para o mesmo período.

A crise da pandemia afetou drasticamente a trajetória de educação e trabalho dos jovens. A condição de jovens sem trabalho e sem estudo aumentou substancialmente na pandemia, deixando milhares deles impossibilitados de acumular capital humano. A dificuldade de frequentar a escola e de buscar trabalho aumenta a desigualdade no uso do tempo entre os jovens de acordo com o gênero e classe social. As jovens mulheres, ao permanecerem em casa, aumentam as horas dedicadas aos cuidados dos filhos e irmãos devido à suspensão das escolas e das creches. A cobertura de proteção social desses jovens foi fundamental no auge da crise sanitária em 2020. As coberturas do Auxílio Emergencial e do PBF alcançaram cerca de 80% dos jovens que estavam sem trabalhar e sem estudar devido ao desencorajamento e por responsabilidades familiares e afazeres domésticos.

Finalmente, a última seção do capítulo desenvolveu uma reflexão sobre a importância de se considerarem os cuidados como direito de cidadania, integrante das dimensões social, econômica, política, jurídica e cultural dos sistemas de proteção social. Nesse sentido, este estudo coloca em pauta a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas de cuidados que incorporem os jovens como sujeitos demandantes e ofertantes de cuidados.

Todavia, a materialização e a institucionalização de um sistema de políticas públicas de cuidados, reconhecido como um direito de cidadania, ainda estão longe de serem concretizadas, pois os atores mais interessados são pouco valorizados na esfera pública e enfrentam dificuldades em pautar a agenda governamental para terem suas demandas reconhecidas como direitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Escrita, 1994.

_____. (Org.). **Estação Juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília: SNJ, 2014.

AQUINO, L. M. C. Introdução. *In*: CASTRO, J. A. C.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. A. **Juventude e políticas sociais no Brasil** (Org.). Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9094/1/Juventude%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BATTHYÁNY, K. Miradas Latinoamericanas al cuidado. *In*: _____. (Coord.). **Miradas Latinoamericanas a los cuidados**. Buenos Aires: Clacso; Siglo XXI, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/15709/1/Miradas-latinoamericanas.pdf>>.

BENERÍA, L. Trabajo productivo/reproductivo, pobreza y políticas de conciliación. **Nómadas**, n. 24, p. 8-21, abr. 2006.

BLANCO, M. El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 5, n. 8, p. 5-31, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323827304003>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

DUFFY, M. Reproducing labor inequalities: challenges for feminists conceptualizing care at the intersections of gender, race, and class. **Gender and Society**, v. 19, n. 1, p. 66-82, fev. 2005.

ELDER, G. Lives and social change. *In*: HEINZ, W. (Ed.). **Theoretical advances in life course research: status passages and the life course**. Weinheim: Deutscher Studien Verlag, 1991. v. 1.

FERREIRA, H. *et al.* Juventude e políticas de segurança pública no Brasil. *In*: CASTRO, J. A. C.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. A. **Juventude e políticas sociais no Brasil** (Org.). Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9094/1/Juventude%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FOLBRE, N. Measuring care: gender, empowerment, and the care economy. **Journal of Human Development**, v. 7, n. 2, p. 183-199, 2006.

FONTOURA, N.; PINHEIRO, L. S. Síndrome de Juno: gravidez, juventude e políticas públicas. *In*: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 149-166.

GAUDET, S. La responsabilité dans les débuts de l'âge adulte: responsibility in young adulthood. **Lien Social et Politiques**, n. 46, p. 71-83, 2001. Disponível em: <<https://id.erudit.org/iderudit/000324ar>>.

_____. **L'Émergence de l'âge adulte, une nouvelle étape du parcours de vie: implications pour le développement de politiques**. Ottawa: Université d'Ottawa, 2007. (Document de discussion).

GLENN, E. N. From servitude to service work: historical continuities in the racial division of paid reproductive labor. **Signs**, v. 18, n. 1, p. 1-43, 1992.

GUIMARÃES, N. A. Entre marolas e tsunamis: as trajetórias laborais dos jovens brasileiros. **Fundação FHC**, 5 out. 2021. Disponível em: <<https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/entre-marolas-e-tsunamis-6c0a1161dffd>>.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S. **O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades**. Cotia: Ateliê Editorial, 2020.

GUIMARÃES, N. A.; MARTELETO, L.; BRITO, M. M. A. de. **Transições e trajetórias juvenis no mercado brasileiro de trabalho: padrões e determinantes**. Brasília: OIT, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): notas técnicas versão 1.7**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias. *In*: CARDOSO JUNIOR, J. C. (Coord.). **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3733/1/Livro_Brasil_em_desenvolvimento_2009_v_3.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

NOVAES, R. C. R. Prefácio. *In*: CASTRO, J. A. C.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. A. **Juventude e políticas sociais no Brasil** (Org.). Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9094/1/Juventude%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PAIS, J. M.; CAIRNS, D.; PAPPÁMIKAIL, L. Jovens europeus: retrato da diversidade. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, 2005.

PAPERMAN, P. Les gens vulnérables n'ont rien d'exceptionnel. *In*: PAPERMAN, P.; LAUGIER, S. (Dir.). **Le Souci des Autres**: éthique et politique du care. Paris: Ed. de l'ehess, 2005. p. 281-297.

PEREIRA, B. C. J. **Economia dos cuidados**: marco teórico-conceitual. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. (Relatório de Pesquisa).

PERELMAN, M. Entre la libertad y el cuidado: regímenes de valor en tiempos de aislamiento social. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, reflexões na pandemia, p. 1-15, 2020.

PERISTA, H.; MAXIMIANO, S.; FREITAS, F. Família, gênero e trajetórias de vida: uma questão de (usos do) tempo. *In*: IV CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. **Anais...** Lisboa: APS, 2000. Disponível em: <https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462dffeb8da19_1.pdf>.

PICCHIO, A. (Comp.). Un enfoque macroeconómico ampliado de las condiciones de vida. *In*: CARRASCO, C. (Comp.). **Tiempos, trabajos y género**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2001.

PIMENTA, M. de M. **“Ser jovem” e “ser adulto”**: identidades, representações e trajetórias. 2007. 464 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

PONCIANO, E. L. T.; FÉRES-CARNEIRO, T. Relação pais-filhos na transição para a vida adulta, autonomia e relativização da hierarquia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 27, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/RSNcDyQny5pYCDgCW6CRGzx/abstract/?lang=pt>>.

RAZAVI, S. **The political and social economy of care in a development context**: conceptual issues, research questions and policy options. Geneva: UNRISD, 2007. (Gender and Development Programme Paper, n. 3).

ROCHA, E.; REZENDE, V. **A representação social do estudo e do trabalho na vida cotidiana de jovens de classes populares de Recife**. Brasília: Ipea, 2021. (Texto para Discussão, n. 2685).

ROCHA, E.; VAZ, F. Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. **Boletim Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, n. 70, 2020.

TRONTO, J. C. **Un monde vulnérable**: pour une politique du care. Paris: Découverte, 2009.

_____. Foreword. *In*: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. (Ed.). **Care and care workers**: a Latin American perspective. Cham: Springer, 2020. No prelo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero**: o que indicam as pesquisas nacionais? Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2331). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8051/1/td_2331.PDF>.

BOIS-REYMOND, M. du B.; BLASCO, A. L. Transiciones tipo yo-yo y trayectorias fallidas: hacia las políticas integradas de transición para los jóvenes europeos. **Revista de Estudios de Juventud**, n. 65, p. 11-29, 2004. Disponível em: <<http://www.injuve.es/sites/default/files/tema1.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda nacional de trabalho decente para a juventude**. Brasília: MTE; SE, 2011. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/genericdocument/wcms_301824.pdf>.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. Transição para a vida adulta: mudanças por período coorte. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 95-136.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

COSTA, J.; ROCHA, E.; SILVA, C. Voces de la juventud en Brasil: aspiraciones y prioridades. In: NOVELLA, R. *et al.* **Millennials en América Latina y el Caribe**: ¿trabajar o estudiar? [s.l.]: BID, 2018.

COSTANZI, R. N. **Trabalho decente e juventude**: Brasil. Brasília: OIT, 2009. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms_230674.pdf>.

FINE, M.; TRONTO, J. Care goes viral: care theory and research confront the global covid-19 pandemic. **International Journal of Care and Caring**, v. 4, n. 3, p. 301-309, 2020.

FREITAS, M. V. de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GILLIGAN, C. **Uma voz diferente**: teoria psicológica e desenvolvimento feminino. Tradução de Renan Marques Birro. 2. ed., Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2008.

GROISMAN, D.; BARROS, M. M. de. **O cuidado enquanto trabalho**: envelhecimento, dependência e políticas de bem-estar no Brasil. 2015. Tese (Doutorado) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GUIMARÃES, N.; MARTELETO, L.; ALVES, M. B. **Trajatórias e transições: os múltiplos e difíceis caminhos dos jovens brasileiros no mercado de trabalho.** Brasília: OIT, 2016.

GUIMARÃES, N. A.; MARTELETO, L.; BRITO, M. M. A. de. **Transições e trajetórias juvenis no mercado brasileiro de trabalho: padrões e determinantes.** Brasília: OIT, 2018.

GUIMARÃES, N. A.; VIEIRA, P. P. F. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. **Trabalho, gênero e cuidado: estudos avançados**, v. 34, n. 98, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/LN8YgwX9J7Xgr67tZTVjf9B/>>.

HARPER, P. G. Reflexiones teóricas sobre infancia y el trabajo infantil bajo la perspectiva del curso de vida. **IXAYA: Revista Universitaria de Desarrollo Social**, ano 9, n. 17, p. 18-32, 2019. Disponível em: <<http://revistaixaya.cucsh.udg.mx/index.php/ixa/article/view/7533>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

HIRATA, H. Teorias e práticas do *care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres.** São Paulo: SOF, 2010.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 13, p. 595-609, 2007.

LEÃO, G. M. P. Educar, ocupar, vigiar: alcances e limites de um programa para jovens pobres. **Perspectiva**, v. 26, n. 1, p. 319-340, 2008.

MARCONDES, G. S. O cuidar de si e os cuidados para com os outros: os desafios para avançar na conquista e consolidação de direitos. In: ITABORAÍ, N. R.; RICOLDI, A. M. (Org.). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?** Implicações demográficas e questões sociais. Belo Horizonte: Abep, 2016.

MOLINIER, P. Ética e trabalho do *care*. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Org.). **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do *care*.** São Paulo: Atlas, 2012.

PAUTASSI, L. Cuidados y derechos: la nueva cuestión social. In: VIRREIRA, S. M.; MAGAÑA, C. C. (Coord.). **El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo.** Santiago de Chile: NU; CEPAL, 2010. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/27845/1/S2010994_es.pdf>.

PERISTA, H. (Coord.). **Os usos do tempo e o valor do trabalho: uma questão de gênero.** Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999. (Coleção “Estudos”, série A, estudos gerais, n. 15).

PINHEIRO, L. S.; MEDEIROS, M. Desigualdades de gênero em trabalho pago e não pago no Brasil: uma análise das distribuições de tempo de homens e mulheres entre 2001 e 2015. **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 66, p. 81, 2019.

RAMÍREZ, A. B. Una pedagogía visceral: experiencias de cuidado y trabajo emocional de profesoras en la periferia carioca. **Revista Educación y Ciudad**, n. 39, p. 49-62, 2020. Disponível em: <<https://revistas.idep.edu.co/index.php/educacion-y-ciudad/article/view/2335>>.

ROCHA, E. *et al.* Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar: como formular políticas públicas. **Novos Estudos Cebrap**, v. 39, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/s01013300202000030005>>.

SORJ, B. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 478-491, 2013.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, p. 141-170, 2005.

TEIXEIRA, S. C. R. *et al.* Políticas públicas de atenção às adolescentes grávidas: uma revisão bibliográfica. **Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 37-44, 2013.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Competências para a vida: trilhando caminhos de cidadania**. Rio de Janeiro: UNICEF, 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/1476/file/Competencias_para_vida%E2%80%933trilhando_caminhos_de_cidadania%20.pdf>.

